



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(SESSÃO CONJUNTA)

ANO LXIV - Nº 030 - QUARTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **JOSÉ SARNEY** – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado **MARCO MAIA** – PT-RS

2º Vice-Presidente

Senadora **SERYS SLHESSARENKO** – BLOCO PT-MT

1º Secretário

Deputado **RAFAEL GUERRA** – PSDB-MG

2º Secretário

Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO** – PTB-PI

3º Secretário

Deputado **ODAIR CUNHA** – PT-MG

4º Secretário

* *Senadora* **PATRÍCIA SABOYA** – PDT-CE

(SESSÃO CONJUNTA)

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 34ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 8 DE DEZEMBRO DE 2009	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia do Marinheiro.....	05264
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
1.2.2 – Fala da Presidência (Senadora Serys Slhessarenko)	
1.2.3 – Oradores	
Deputado Gustavo Fruet.....	05266
Senador Mão Santa.....	05267
Deputado Duarte Nogueira.....	05270
Senador Eduardo Azeredo	05271
Deputado Francisco Rodrigues.....	05273
Senador Romeu Tuma	05275
Deputado Mauro Lopes	05280
Senador Cristovam Buarque.....	05282

Deputado José Genoíno	05284
Deputado Jair Bolsonaro	05286
Deputado Paes de Lira	05288
Deputado Chico Lopes	05290
Deputado Ciro Pedrosa.....	05291
Senador Flexa Ribeiro (art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal).....	05292
1.2.4 – Execução do Hino do Marinheiro, “Cisne Branco”, pela Banda dos Fuzileiros Navais de Brasília	
1.3 – ENCERRAMENTO	
CONGRESSO NACIONAL	
2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 34^a Sessão Conjunta (Solene), em 8 de dezembro de 2009

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência da Sr^a. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Gustavo Fruet e Romeu Tuma

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 12 minutos e encerra-se às 13 horas e 9 minutos)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia do Marinheiro. Como 2^a Vice-Presidente do Congresso Nacional, declaro aberta esta sessão solene, sessão conjunta do Congresso Nacional, destinada a comemorar o Dia do Marinheiro.

Convidado para compor a Mesa conosco o Sr. Comandante da Marinha, Exmº Sr. Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto. Por favor, componha a Mesa conosco. (*Pausa*.)

Convidamos o Sr. Comandante da Aeronáutica, Exmº Sr. Tenente- Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito – desculpe se o nome não foi bem pronunciado; o meu também é complicado! (*Pausa*)

Convidamos o Exmº Sr. General-de-Exército Darke Nunes de Figueiredo, representando o Comandante do Exército. (*Pausa*.)

Convidamos o Sr. Deputado Federal Gustavo Fruet, subscritor desta homenagem na Câmara dos Deputados. Por favor, Sr. Deputado, componha a Mesa conosco. (*Pausa*.)

Senhores Oficiais-Generais, membros do Alto-Comando da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, Srs. Oficiais-Generais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, Srs. Adidos Militares, Oficiais e Praças dos três comandos militares, senhores e senhoras, convidamos a todos agora para cantar, de pé, o Hino Nacional a ser executado pela Banda do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília.

(Execução do Hino Nacional.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Cumprimento as senhoras e os senhores aqui presentes, especialmente o Sr. Comandante da Marinha Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto, o Sr. Comandante da Aeronáutica, Exmº Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito, o Exmº Sr. General de Exército Darke Nunes de Figueiredo, representando o Comandante do Exército, e o Exmº Sr. Deputado Federal Gustavo Fruet, subscritor desta homenagem pela Câmara dos Deputados.

Parabéns, Deputado Gustavo Fruet, por esta brilhante ideia de convocar esta sessão solene do Congresso Nacional para uma homenagem à nossa Marinha brasileira, às nossas Forças Armadas, que tanto honram o nosso País.

O nosso Senador Romeu Tuma está com problemas para chegar, mas ele também é subscritor pelo Senado, e nós o aguardaremos.

Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores e Srs. Deputados aqui presentes, a quem saudamos, gostaria de dizer que o Congresso Nacional, mais uma vez, reúne-se para homenagear a Marinha do Brasil, uma das instituições mais importantes e mais reconhecidas do Estado brasileiro. Já comemoramos, Senhoras e Senhores, neste ano, os 144 anos da Batalha Naval do Riachuelo, data magna da Marinha, e hoje celebramos o Dia do Marinheiro.

Já se tornou tradição, aqui no Parlamento, homenagear homens e mulheres que dedicam o seu dia a dia e a sua própria vida ao serviço da Pátria. A exemplo das sessões anuais que realizamos para lembrar não só o Dia do Marinheiro, mas também o Dia do Soldado e o Dia do Aviador.

Eu não poderia, pois, ao iniciar esta breve intervenção, deixar de parabenizar as Assessorias Parlamentares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, pelo brilhante trabalho que desenvolvem tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, aproximando ainda mais nossas Forças Armadas do Parlamento brasileiro.

O Dia do Marinheiro é celebrado em 13 de dezembro, data em que, no ano de 1807, nascia o Almirante Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil. Marinheiro respeitado e herói em diversas batalhas, ele dedicou sua vida a serviço da Marinha e do povo brasileiro, razão pela qual, desde 1925, o dia de seu nascimento é comemorado como Dia do Marinheiro.

A importância da Marinha para o Brasil pode ser medida pela extensão: são mais de 8 mil quilômetros de litoral a defender e a patrulhar! São ainda milhares de quilômetros de rios por onde fluem inúmeras ameaças a nossa integridade territorial, especialmente o

tráfico de armas, de entorpecentes e de exemplares de nossa biodiversidade.

Como não mencionar o crescimento exponencial da importância da Marinha após as descobertas de petróleo no pré-sal, área por vezes coincidente com os limites de nosso mar territorial?

Inúmeras são, igualmente, as ações da Marinha no campo social, especialmente nos confins da Região Norte. É a nossa Marinha que leva às populações mais isoladas dos rios amazônicos a necessária e bem-vinda assistência médica e odontológica, bem como os medicamentos de que depende a sobrevivência dos ribeirinhos.

Expor todos os aspectos da importância da Marinha e dos marinheiros para a Pátria brasileira consumiria, sem dúvida alguma, muitas e muitas horas! Esses que acabamos de mencionar, porém, são um belo exemplo de tudo o que esses homens e mulheres dedicados fazem por seu povo e pela sua Nação!

Nesta ocasião em que celebramos o Dia do Marinheiro não podemos deixar, portanto, de cobrar de todos, especialmente das autoridades, em todos os seus níveis, das nossas instituições e também das futuras administrações o devido reconhecimento dos serviços prestados pela Marinha ao nosso País. Reconhecimento que precisa vir em forma de melhores soldos para os nossos marinheiros e de um correto e bem planejado processo de reequipamento da Marinha do Brasil.

Os desafios são muitos e devem se multiplicar já nos próximos anos, o que exigirá uma Marinha forte e bem equipada. A exemplo do que será feito com a Aeronáutica, com a compra de aviões de caça, a Marinha também precisa de navios mais rápidos e mais potentes!

É essa a mensagem que gostaria de deixar a todos os marinheiros do Brasil, a quem saúdo na pessoa do Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto.

Gostaria de dizer que é uma honra muito grande para uma mulher, aliás, a primeira mulher que preside o Congresso Nacional neste País em alguns momentos, por ser a segunda Vice-Presidente do Congresso Nacional, e uma alegria presidir esta sessão solene pelo Dia do Marinheiro, especialmente, com as nossas Forças Armadas aqui presentes. Por isso já saudei, efusivamente, o nosso Deputado Gustavo Fruet pela iniciativa.

Tenho andado em nosso País e até fora dele, e isso faz com que tenhamos realmente um reconhecimento grandioso do significado das nossas Forças Armadas na atualidade.

Eu estive na Antártida e, lá, vi o grande trabalho que vem sendo feito. Eu estive na Amazônia, em São Gabriel da Cachoeira, nos Iauaretês, nos Ianomâmis, junto com representação das nossas Forças Armadas. E, lá, vimos o grande trabalho que está sendo feito, com brasiliade realmente, de uma forma republicana mesmo, quer dizer, cumprindo sua missão dentro de parâmetros que são de sua competência, sem nenhum excesso. Vi pessoalmente estive lá algum tempo. Não podemos tecer nenhuma crítica, a não ser no sentido de políticas afirmativas, de posturas positivas que as nossas Forças Armadas vêm desempenhando em todos os setores, especialmente quando estive na nossa tão falada, tão disputada e tão buscada Amazônia.

Ontem, abriu, em Copenhague, na Dinamarca, a COP 15, o maior evento, em termos de meio ambiente, de mudanças climáticas, já acontecido no planeta Terra. Em torno de 195 países estão lá discutindo a importância de se buscar o desenvolvimento econômico de cada país com sustentabilidade ambiental. Não adianta querermos buscar lucro mais lucro mais lucro e, daqui a pouco, ele existir economicamente, mas a vida estar comprometida ambientalmente.

A natureza é nossa amiga, mas temos dados concretos de que, hoje, quem realmente mais a machuca somos nós, os seres humanos, e precisamos protegê-la, porque, se não, ela responde de forma extremamente feroz. E não são só os tsunamis, os Katrinas, os Santa Catarinas e tantos outros; outras coisas tão violentas ou até mais violentas do que os Katrinas e os tsunamis podem acontecer, caso a gente realmente continue desrespeitando o meio ambiente.

Podemos, devemos e queremos conquistar o desenvolvimento econômico, para melhorar a qualidade de vida, principalmente dos mais despossuídos de nossa sociedade. Mas isso tem que ser feito, realmente, com responsabilidade e, internacionalmente, essa responsabilidade tem que existir de forma diferenciada. No entanto, todos os países têm que tê-la, porque aqueles que já alcançaram o seu desenvolvimento econômico, muitas vezes destruindo totalmente o meio ambiente, têm que responder por isso, ajudando, dando a sua contribuição economicamente e com tecnologia, o que também não deixa de ser uma forma econômica, para que os países em desenvolvimento construam a sua independência econômica com sustentabilidade.

Sabemos que o Brasil está chegando à COP 15 como protagonista, não tenho dúvida disso. Quando o Presidente Lula, seu Ministério e todos que se reuniram definiram as cotas percentuais de emissões de CO₂ para o Brasil até 2020, realmente, o Brasil deu um grande passo, fez com que países como os Estados Unidos, que nunca estiveram dispostos a definir

os percentuais de redução de emissão de carbono, estejam definindo. Aliás, já definiram, em percentuais bem menores que os nossos, mas definiram. Isso é significativo.

E quando a gente vê o Presidente Obama, que não iria à COP 15, chegando à COP 15, isso realmente nos alegra. Tenho participado dos encontros e dos eventos do G8+5, em nível internacional, chefiando a missão brasileira sobre mudanças climáticas, e temos visto que é extremamente relevante a participação dos economicamente grandes e daqueles em desenvolvimento, como o grupo dos +5, China, Índia, México, África do Sul e nós, o Brasil.

Por isso, sinto-me muito honrada hoje de estar aqui, ao mesmo tempo em que se dá a abertura da COP 15 na Dinamarca, com nossas Forças Armadas aqui, que têm uma participação extremamente significativa, com certeza. Não tenho nenhuma dúvida, depois de ter andado na Amazônia, depois de ter estado na Antártica – só para citar dois exemplos – de que as Forças Armadas brasileiras dão grandes contribuições para a preservação do meio ambiente na busca do desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) Concedo a palavra ao nobre Deputado Gustavo Fruet, requerente desta homenagem na Câmara dos Deputados.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezada Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, é um privilégio tê-la presidindo esta sessão. E, em seu nome, cumprimento o Senado pela oportunidade de conjuntamente permitir a realização desta sessão solene.

Prezado Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto, Comandante da nossa Marinha, permita-me quebrar o protocolo, mas, talvez, não houvesse uma oportunidade melhor de homenagear o Dia do Marinheiro ou, pelo menos, a V. Ex^a, na semana em que seu time, o Flamengo, conquista o Campeonato Brasileiro. Não sei se é consenso na Marinha, mas, seguramente, ninguém vai desrespeitar seu Comandante.

Prezado Comandante Juniti Saito, é um privilégio reencontrá-lo.

Prezado General Darke Nunes de Figueiredo, representando o comando do nosso Exército; senhores oficiais; senhores adidos militares; oficiais e praças dos três comandos militares; Sr^ss e Srs. Parlamentares, Deputados e Senadores presentes, qual a razão de uma sessão solene como esta? Para muitos, é uma repetição, a cada ano, de fatos que, principalmente para os membros das Forças, acabam não sendo no-

vidade, mas é uma oportunidade para destacar e fazer algumas afirmações e provocar alguma reflexão para o Congresso Nacional, para a sociedade brasileira e para o Governo. É uma oportunidade para registrar, primeiro, a gratidão do povo brasileiro aos integrantes da Marinha e refletir sobre seu futuro. Inspirados pela figura de Tamandaré, homens e mulheres não só garantem a soberania no mar como prestam inestimáveis serviços à sociedade. É oportuno lembrar seus feitos na construção de nossa unidade política e na defesa da Nação.

A Marinha – já destacou nossa Presidente – nasceu em 13 de setembro de 1822, quatorze anos e nove meses depois do nascimento de seu Patrono e apenas seis dias após o grito do Ipiranga, com a finalidade de garantir e consolidar a Independência nacional, mesmo contando com uma esquadra heterogênea, na capacidade náutica e bélica, carente de recursos materiais e humanos. A Marinha pagou um alto preço por sua lealdade à Monarquia. Depois de firmada a Independência, contribuiu para a consolidação do regime imperial, atuando mais pela conciliação do que pela força. Em uma época em que não havia meios de comunicação por via terrestre, a defesa da dignidade do País teria sido impossível sem a atuação da Marinha brasileira.

Nasceu numa época de lutas sucessivas que se estendeu por pelo menos cinco anos, e não num hiato de harmonia externa e concordância interna. Durante os longos períodos de paz que se seguiram, a Marinha brasileira continuou a se preparar, capacitando-se para honrar o seu importante papel de suporte da integridade nacional.

Essa não é uma tarefa simples nem fácil, pois somos um País marítimo por excelência. No litoral de mais de oito mil quilômetros quadrados, habita a maior parte da população brasileira, e pelo mar são transportados cerca de 95% de todo o nosso comércio exterior, movimentando mais de 40 portos.

No mar, a Zona Econômica Exclusiva brasileira, a nossa fronteira marítima, cujo limite exterior é de 200 milhas náuticas, tem área oceânica aproximada de 3 milhões e 500 mil quilômetros quadrados. Com base em estudos da Marinha, o Governo brasileiro reivindicou, junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, ampliação da nossa plataforma para 350 milhas náuticas, uma área superior a 4,4 milhões de quilômetros quadrados.

Essa imensa área, também chamada de Amazônia Azul, corresponde a 52% de nossa área continental, e nela o Brasil tem relevantes interesses econômicos. É do subsolo marinho que o Brasil retira 80% do seu petróleo e gás natural. Com as recentes descobertas

das reservas de petróleo na zona do pré-sal, aumenta a necessidade de uma Marinha bem equipada para a defesa das fronteiras marítimas.

Necessário lembrar o permanente e restritivo contingenciamento dos recursos dos *royalties* e o tratamento secundário dado a essa fonte na proposta de partilha dos recursos a serem gerados com o pré-sal, matéria que começa a ser votada hoje na Câmara dos Deputados. Perde a Marinha na distribuição. Os *royalties* correspondem a 43% do orçamento da Força previsto na Lei Orçamentária de 2010 para programas de reaparelhamento, preparo e emprego do poder naval, tecnologia de uso naval e segurança da navegação aquaviária.

Para 2009, dos quase R\$1,8 bilhão previstos, cerca de R\$650 milhões compõem a Reserva da Contingência. Assim, a Marinha dispõe somente de R\$1,4 bilhão de créditos para custear suas atividades. Em função do contingenciamento aplicado ao Ministério da Defesa, a Marinha foi contemplada com limite de movimentação e empenho de R\$780 milhões. Atualmente, do montante autorizado para empenhar – os R\$780 milhões – a Marinha tem disponível cerca de R\$61 milhões.

Ressaltem-se as significativas contribuições no campo da pesquisa científica e tecnológica. O Brasil faz parte do restrito grupo de países que dominam todas as fases do ciclo de produção de combustível nuclear e, também, elevou-se o Brasil à condição de único país do hemisfério sul detentor da tecnologia de construção de submarinos, e agora está se capacitando para construir o primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear. E a Marinha tem indispensável participação, já ressaltado pela nossa Presidente, na missão Antártida.

A Estratégia Nacional de Defesa trouxe novos enfoques para o Plano Estratégico da Marinha, impondo encargos como a criação de uma segunda esquadra e a ênfase na tarefa de negação do uso do mar, para o que precisa de uma força submarina de envergadura.

Para a continuidade do aparelhamento da Marinha e os avanços tecnológicos na área militar – fator de incentivo da atividade econômica nacional – é necessário o incremento de pessoal destinado ao futuro guarnecimento dos navios, das unidades de fuzileiros navais e das unidades aéreas, bem como a imediata capacitação dos órgãos industriais responsáveis pela construção de novos meios e pela manutenção dos atuais, de modo a resguardar a sua operacionalidade.

Projeto de grande importância, o PL 5.916, de 2009, foi aprovado na Câmara dos Deputados, com posterior envio ao Senado. Há mais de 40 anos, os

efetivos da Marinha não apresentam variação significativa, tendo crescido apenas 8,6% no período.

Registre-se o papel desempenhado pelos navios da Marinha na Amazônia, que atuam em todos os rios navegáveis, de Belém a Tabatinga, e representam uma única forma de fazer chegar atendimento médico-odontológico àquelas populações. Conhecidas pelos ribeirinhos como navios da esperança, as embarcações realizam a tarefa de elevado alcance social.

E merece destaque a atuação dos marinheiros na maior operação de busca já realizada pela Marinha, pelas Forças Aéreas brasileiras e pelo Exército, relativa ao voo Air France 447, com esforço logístico vultoso e imenso caráter humanitário.

O Congresso tem o dever de participar deste debate e deste esforço, da atenção à Amazônia Azul, e garantir o bom andamento dos importantes programas científicos e sociais.

Ao comemorar este dia, agradecemos aos integrantes da Marinha do Brasil pela enorme contribuição às Forças Armadas, motivo de justo orgulho para os brasileiros.

Consta no testamento do Almirante Tamandaré... Para a Marinha, eu sei que não é novidade, mas, para o Congresso, para os brasileiros, essa homenagem a Tamandaré deve-se ao primeiro grupo de oficiais nascidos no Brasil, que compuseram os quadros da Marinha, e esse nome deve-se a uma homenagem de Dom Pedro II ao então oficial. Numa viagem com a família imperial ao Nordeste brasileiro, Dom Pedro II recebeu uma solicitação para transportar os restos mortais do então oficial, que estava enterrado num pequeno cemitério no Porto de Tamandaré. Daí a homenagem feita por Dom Pedro II, dando-lhe o título de Barão de Tamandaré. Mas consta no testamento do Almirante:

Como homenagem à Marinha, minha dileta carreira, em que tive a fortuna de servir à minha pátria e prestar alguns serviços à humanidade, peço que sobre a pedra que cobrir minha sepultura se escreva: "Aqui jaz o velho marinheiro". Alm. Joaquim Marques Lisboa.

Bravo Zulu à Marinha do Brasil! (*Palmas*.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Convidado para usar da palavra, intercalando um Sr. Deputado e um Sr. Senador, neste momento, o Senador Mão Santa e, logo após, o Deputado Duarte Nogueira.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidenta Serys Slhessarenko, que preside esta sessão destinada a comemorar o Dia do Marinheiro, são tantas as autoridades militares, políticas, que eu pediria permissão para saudar todos na pessoa do Sr. Almirante de Esquadra Comandante Julio Soares de Moura Neto –

torcedor do Flamengo. Eu pediria permissão porque são tantas as autoridades que eu poderia esquecer alguns nomes, o que, mesmo involuntariamente, seria imperdoável.

Meus senhores, encantadoras senhoras presentes, é com grande satisfação que estou aqui. Serei muito breve. Eu e Serys tentamos preencher a ausência do nosso Presidente José Sarney, que gostaria de estar aqui.

No Dia do Marinheiro, eu me sinto muito à vontade, porque sou do mar. O Piauí tem só 66 km de praia. Se olharmos o Brasil, grandão, veremos que é grandão e uno pelo Piauí. Fomos nós que fizemos a batalha sangrenta para expulsar os portugueses, que queriam ficar com o Norte. Seria o país Maranhão.

Sou dali. É o menor Estado, mas um quadro vale por dez mil palavras: um perfume francês – o frasco é bem pequenininho –, é o que tem mais valor. Nasci ali, e entre os encantos que Deus fez, há verdes mares bravios, brancas dunas, sol que nos tosta o ano inteiro, vento que nos acaricia no meu Piauí.

Depois de sermos a melhor gente deste Brasil – muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano –, é um Estado rico em água. Temos dezenove rios: seis perenes e cem lagoas; rios que nos abraçam, e o rio que nos une ao Maranhão... O Sarney é do Maranhão. Está ali um cearense, nosso Deputado querido do PCdoB.

Ceará, Piauí e Maranhão. No livro de Deus, e eu o represento, sou do Partido de Jesus, o Social Cristão, diz assim – Ceará, Piauí e Maranhão –: a virtude está no meio. A felicidade está no meio. É o Piauí.

Nasci ali, entre os muitos privilegiados do próprio rio Parnaíba. Ele não se lança burramente no mar. Ele se abre, tentando abraçá-lo. Lembra a letra grega “delta”. Não somos gregos. O Nilo faz assim, mas com amor. Ele se abre, Serys. V. Ex^a ainda não foi lá? Está perdendo! Deixe Copenhague pra lá! Leia Shakespeare, que disse: “Há algo de podre no reino da Dinamarca”. Foi ele que disse, Shakespeare, que preferia ser um mendigo em Nápoles do que rei. Vá para o Piauí, e V. Ex^a vai ser feliz!

O rio Parnaíba se lança inteiramente formando esse delta. Não somos delta, Serys, Professora de Geografia. Ele se lança e se abre em cinco rios. As suas sinuosidades fazem nascer 78 ilhas, dois terços são do Maranhão e um terço do Piauí. Ele lembra uma mão, com certeza santa, pois para fazer tantos milagres, 78 ilhas... Eu nasci ali. A riqueza é grande.

O Padre Antônio Vieira disse: “Um bem nunca vem só”. Temos uma capitania dos portos. Então, falo muito à vontade sobre minha cidade.

O Capitão Amorim do Vale foi Ministro da Marinha, um dos militares mais brilhantes do País, mais inteligentes e competentes.

Pena Boto. Pena Boto fez um curso de balística em Paris e foi Comandante lá. Mas a gente sabe o que é critério de promoção. Nasceu na hierarquia talvez uma inveja ou ele não soube ter disciplina suficiente, envaideceu-se. Sei que o Comandante jogou lá para o Piauí. Ele tem um livro que V. Ex^a deve buscar, uma das coisas mais interessantes da nossa história: Meu exílio no Piauí. Ele, que teria sido – e na época o era – o mais avançado militar em balística, foi lá para o Piauí; e aí foi membro da Aeronáutica. Ele disse que, de repente, estava num sobradão e que tinha muito morcego. E, no livro, ele diz assim: “Morcego é um rato que se dedicou à Aeronáutica”. Então, ele ia era matar morcego!

Mas é um livro que conta a nossa história, e o Almirante Pena Boto, historicamente, participou daquele período, vamos dizer, com o Presidente Carlos Luz, com Carlos Lacerda, do Tamandaré. Aí houve uma intervenção que mostra a grandeza do Senado: o General Lott, militarmente, e Nereu Ramos garantiram a posse de Juscelino Kubitschek. Estamos em Brasília. E essa é a história.

Eu queria dizer que, desde aí, tenho na cidade acompanhado. Os folhetos são maravilhosos; não temos nada a acrescentar ao que já foi dito, mas o essencial é invisível aos olhos. Quem vê bem vê com o coração. Tem este lado: a presença do homem da Marinha, o brasileiro idealista, o brasileiro militar. E eu, quando considero-os, acho que aqui tem – nós que somos cristãos – aquele negócio das três pessoas numa só: Pai, Filho e Espírito Santo. Acho que isso acontece para a felicidade do Brasil, essas três entidades em uma só. Pátria e uma só bandeira: a Aeronáutica, o Exército e a Marinha. E é verdade.

Sonhei – e todo mundo tem um sonho; naquela época eu era encantado pelas campanhas da UDN, Brigadeiro Eduardo Gomes – ser da Aeronáutica. Serys, não fui. Sabe por quê? Querida, é o seguinte: tenho problema de vista. Uso lente de contato. Entendo, não era permitido. Aí fui ser cirurgião e estou aqui. Mas, o encantamento pela vida, Deus me permitiu depois. E, orgulhosamente, digo: sou Oficial da Reserva. Fiz o CPOR. E acho que, entre os acertos que o Governo tem, um dos erros é aquela obrigatoriedade que a gente tinha para fazer o serviço militar. Fiz o CPOR em Fortaleza. Comandante Celestino Nunes. Aprendi exatamente a amar a Pátria, a respeitar a Bandeira, a entender o que é hierarquia e o que é disciplina. Tivemos isso. E o sonho da Aeronáutica... Com a Marinha, convivi.

Quero confessar a importância da educação. Sabe que já fui artista de teatro? Pelo seguinte: a sogra de um capitão dos portos chegou do Rio de Janeiro. É o lado educativo. Aí fez teatro lá, não sei o quê e me botou em uma dessas peças de voz infantil. Então, tem esse lado dessa contribuição que essas forças deram à ética e à decência.

Terminarei, agora, com objetividade. Na sexta-feira, teve um pronunciamento, aqui, muito importante e o Congresso agiganta-se nesta homenagem.

Nós vivemos, talvez, um momento nunca antes, como diz o nosso Presidente, ou nunca dantes – Camões, quando falava dos mares – tão ruim. A descrença, nada pior do que essa descrença. Mozarildo trouxe um trabalho muito bom na sexta-feira, que eu trago hoje, sobre credibilidade. E direi agora: que vergonha nós estamos vivendo!

Eu aprendi com aquele livro de Ernest Hemingway, sobre um marinheiro, O Velho e o Mar, que a pior estupidez é perder a esperança. É até um pecado perder a esperança. O homem não nasceu para ser derrotado, pode até ser destruído.

Então, nós temos de atravessar esse Mar Vermelho da descrença. E o Mozarildo anunciou, em seu discurso, baseado na Folha de S. Paulo de 4 de outubro – atentai bem, brasileiras! –, que a Igreja Católica tem 29% de credibilidade. Vejam bem, diz ele, a mais bem avaliada tem 29%. Eu estudei em Colégio Marista, de padres. Naquele tempo, eu acho que eram 90%. Era uma credibilidade... Aí, continua o Mozarildo, as Forças Armadas, 24%; a imprensa, 21%; as igrejas evangélicas...

Portanto, eu quero cumprimentá-los. Vocês são a esperança da vergonha, da dignidade, da credibilidade, porque eu entendo, e entendo bem, que esse negócio de católico, de evangélico é a mesma coisa. Ninguém vai buscar o que nos separa, mas o que nos une: Cristo. "Eu sou o caminho, a verdade..." Então, está em primeiro lugar, se você fizer a média.

Então, eu quero, eu represento e posso dizer: o Senado só tem valor na democracia, que era direta quando Péricles fazia a constituição diretamente com o povo, na praça, e que passou a ser representativa com Cícero, que dizia assim, lá na Itália: "O Senado e o povo de Roma". Eu posso dizer: o Senado e o povo do Brasil prestam, aqui, a homenagem à esperança e à salvação. É a credibilidade. Se os cristãos, os evangélicos estão aí é porque quase todos vocês são.

Então, de instituição, está aqui o trabalho do Senador maçônico.

Ô, Serys, isto é uma vergonha: o Congresso Nacional e os partidos políticos, 8%.

Então, eu venho, aqui, reconhecer e representar o que V. Ss significam para esta Pátria. É isto: é essa esperança, esse caminho e a grandeza na História. É muita luta, muito sacrifício, e quero ensinar ao Brasil: só tem razão isso aqui se nós formos os pais da Pátria. Eu o sou, eu me preparei para sê-lo.

Quero dizer, ensinar ao Brasil: três, Pai, Filho e Espírito Santo; Exército, Marinha e Aeronáutica, igualmente.

Caxias – e eu recebi orgulhosamente, noutro dia, a homenagem –, o Pacificador: não humilhar os vencidos. Então, Julio Soares, o Flamengo não vai humilhar os outros. Fique com a sua vibração. É o pacificador. E eu, que sou Francisco – meu nome é Francisco... O santo andava com a bandeira de paz e bem. Caxias viveu essa paz.

De Eduardo Gomes, o da Aeronáutica – para a qual eu quis ir, mas a miopia não permitiu –, esse grande ensinamento.

Nós cumprimos aqui, eu garanti, eu fui um dos que lutamos para que não se desvirtuasse a democracia. A democracia é a divisão de poder e a alternância de poder, não são esses frangotes com que não temos nada a ver, como Cuba. Nós não temos nada a ver com a história do Equador, da Bolívia, do padre do Paraguai, da Nicarágua. A nossa é outra, é a da Grécia, da Itália, da França, de Paris e da Inglaterra, trazida por Rui Barbosa. Tem de ter alternância de poder. Se não tem isso, não tem democracia, é o absolutismo, é o rei, é o continuísmo.

Então, Eduardo Gomes: o preço da liberdade democrática é a eterna vigilância. Nós somos esses vigilantes.

E Almirante Barroso. Dizem que outro marinheiro disse, na Europa, na guerra, mas não interessa. Que chegue nele e vamos buscar: o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever.

Então, esses são os nossos agradecimentos.

Eu até trouxe, mas Deus escreve certo por linhas tortas, e ia terminar, mas naufragou o papelzinho do cisne branco.

Então, eu queria terminar lendo a última frase: viva, viva a Marinha do Brasil! Viva, viva a Marinha do Brasil! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Convidado, agora, para usar da palavra o Deputado Duarte Nogueira e, logo após, o Senador Eduardo Azeredo.

Passo a Presidência ao Deputado Gustavo Fruet, pois é costume, nas sessões especiais e solenes, aos subscritores ser passada a Presidência.

Assuma a Presidência, por favor, Deputado, e, imediatamente, o Deputado Nogueira usará da palavra.

Agradeço a todos até este momento.

A Srª. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidenta, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gustavo Fruet.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR)
– Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente e subscritor desta homenagem na Câmara dos Deputados, Deputado Gustavo Fruet; 2ª Vice-Presidente da Mesa do Senado Federal, Exmª Srª Senadora Serys Slhessarenko; Comandante da Marinha, Exmº Sr. Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto, de coração rubro-negro; Comandante da Aeronáutica, Exmº Sr. Tenente Brigadeiro do Ar Juniti Saito; Exmº Sr. General de Exército Darke Nunes de Figueiredo, representando o Comandante do Exército; Srs. Deputados e Srªs Deputadas; Srªs e Srs. Senadores; Senhores Oficiais Generais, Membros do Alto Comando da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; Senhores Oficiais Generais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; Senhores Adidos Militares; Oficiais e Praças dos três comandos militares; senhoras e senhores, inicialmente, eu gostaria de oferecer os meus cumprimentos ao Deputado Gustavo Fruet, que é o autor do requerimento à Presidência do Congresso Nacional para a realização desta sessão solene conjunta em comemoração ao Dia do Marinheiro, e saudar as autoridades presentes, os convidados e todas as senhoras e os senhores aqui presentes, que vieram abrilhantar esta sessão conjunta.

Em 1925, o então Ministro da Marinha, Almirante Faria de Alencar, instituiu o dia 13 de dezembro como o Dia do Marinheiro. A escolha da data foi em homenagem ao natalício de Joaquim Marques Lisboa, que ingressou na Marinha como voluntário aos 15 anos de idade e alcançou seu mais elevado posto – o de Almirante –, recebendo, no curso de sua vida, inúmeras honrarias em virtude de heroísmo e comendas, como a com que ficou mais conhecido: Marquês de Tamandaré.

Joaquim Marques Lisboa nasceu na cidade de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, no dia 13 de dezembro de 1807. Filho do patrão-mor do porto da cidade, desde a infância foi um aficionado pelas artes náuticas, ingressando ainda muito jovem na Marinha, onde se destacou pelo elevado conhecimento náutico e pela disciplina. Embarcou pela primeira vez na Fragata Nictheroy, iniciando ali sua brilhante carreira de mari-

nheiro e prestígio, em virtude de suas participações em quase todas as guerras de seu tempo, defendendo os interesses do Brasil.

Alguns poderão indagar: mas por que escolher esse homem como Patrono da Marinha do Brasil, entre tantos outros marinheiros que defenderam a Nação com desprendimento e bravura? O Almirante Tamandaré, senhoras e senhores, foi um personagem marcante durante um conturbado momento da nossa história, ocasião em que nossas fronteiras territoriais precisavam ser soberanamente marcadas e defendidas, das disputas internacionais. Portanto, Tamandaré, no alvorecer da Pátria que ajudou a firmar e a consolidar, mesmo com a idade de apenas 18 anos – ao comando de um navio – defendeu o Brasil com louvor.

Tamandaré, Sr. Presidente, está entre o seleto grupo de brasileiros que resguardou o Império da desagregação, manteve a disciplina na Marinha e contribuiu para a concórdia e paz no País. Sua contribuição foi tão marcante na construção das bases territoriais e políticas do Brasil que, em 2003, o Congresso Nacional lhe concedeu a honraria de entrar para o Livro dos Heróis da Pátria.

As qualidades e o caráter de Tamandaré são exemplos não somente para os marinheiros, que hoje homenageamos nesta sessão solene, mas para os brasileiros de todos os tempos, e relembrá-las nesta oportunidade é um exercício de patriotismo e uma reverência aos heróis da Pátria que nos precederam.

Além de consolidar a independência do Brasil, embarcado na Fragata Nictheroy, que perseguiu a frota portuguesa que deixava a Bahia, Tamandaré comandou navios da Marinha Imperial no rio da Prata durante a Guerra Cisplatina, destacando-se, naquela ocasião, devido à captura do navio argentino “Ocho de Febrero”.

No frágil e conturbado período da Regência, no Império, Tamandaré cumpriu várias missões no mar, participando ativamente na pacificação de duas insurreições: a “Setembrada”, em 1831, e a “Abrilada”, em 1832, ambas em Pernambuco. Participou do restabelecimento da ordem na Província do Pará, em 1835, combateu a Balaiada nas Províncias do Maranhão e Piauí – do Piauí do Senador Mão Santa –, entre 1838 e 1841, quando, no posto de Capitão-Tenente, foi nomeado Comandante da Força Naval em operação contra os insurretos.

Tamandaré, como Capitão de Mar e Guerra, senhoras e senhores, foi o Comandante da primeira nau a vapor incorporada pela Marinha brasileira – o navio de guerra Dom Afonso –, que, em uma das provas de mar próximo à cidade inglesa de Liverpool, salvou, com grande risco, a tripulação e passageiros do na-

vio *Ocean Monarch* que se incendiara. O heroísmo, senhoras e senhores, parecia fazer parte do cotidiano de Tamandaré, tais os inúmeros registros de seus gloriosos atos, pois, ainda Comandante da Dom Afonso, conseguiu, com muita perícia, rebocar e trazer para dentro da Baía de Guanabara a nau da Marinha de Portugal Vasco da Gama, que se achava à deriva, fora da barra, em meio a uma tormenta.

Já Almirante, Tamandaré comandou a Força Naval brasileira no rio da Prata, de 1864 a 1866, e o comando das forças navais no início da Guerra contra o Paraguai.

Joaquim Marques Lisboa – Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil – foi Ministro do Superior Tribunal Militar, do qual se aposentou pouco antes de morrer, com quase 90 anos, no Rio de Janeiro, à época Capital Federal da jovem República, em 20 de março de 1897, e deixando como seu derradeiro desejo – já aqui lembrado pelo Deputado Gustavo Fruet – que sobre sua sepultura fosse gravado “Aqui jaz o velho marinheiro”.

Em homenagem ao seu patrono, a Marinha do Brasil lançou, na Câmara dos Deputados, durante a abertura do XXXIV Salão de Artes Brasília-Marinhas, o livro *Tamandaré*, em solenidade que contou com a presença do Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto e do tataraneto do Almirante Tamandaré, Sr. Jorge Robichez Penna, além de oficiais do Alto Comando.

A Marinha do Brasil, Sr. Presidente, tem em seu pessoal sua maior riqueza. Exemplos como o de Joaquim Marques Lisboa vêm se repetindo por gerações. Seus marinheiros, e hoje também marinheiras, do mais singelo ao mais elevado posto, significam nossas Forças Armadas, com sua dedicação, disciplina e profissionalismo. A Marinha está presente e vigilante em nossa costa marítima e em nossos rios navegáveis. Defende nossas fronteiras fluviais e leva a saúde a milhares de brasileiros ribeirinhos, que encontram nos navios-hospitais a preciosa oportunidade para receberem atendimento médico e ambulatorial.

A Marinha do Brasil tem como missão “preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria. Estar pronta para atuar na garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; atuar em ações sob a égide de organismos internacionais e em apoio à política externa do País; e cumprir as atribuições subsidiárias previstas em lei, com ênfase naquelas relacionadas à Autoridade Marítima, a fim de contribuir para a salvaguarda dos interesses nacionais”.

Assim, Sr. Presidente, em virtude de sua missão e sua visão de futuro, a Marinha do Brasil encontra-

se permanentemente aperfeiçoando seu pessoal e o material. Participa de ações internacionais como a do transporte de brasileiros da tropa de paz da ONU no Haiti, como mantém uma base na Antártica, com pessoal e suporte para pesquisas científicas – que o Presidente Gustavo Fruet e eu, entre outros parlamentares, visitamos no início deste ano.

Outra importantíssima missão da Marinha do Brasil, senhoras e senhores, é patrulhar a imensa costa brasileira, principalmente o que já ficou conhecida como Amazônia Azul, a fronteira brasileira do mar, ou seja, os 4,4 milhões de quilômetros quadrados, que equivalem à metade da superfície do território nacional, onde se encontram imensas riquezas, inclusive petróleo. É de lá que o Brasil extrai cerca de 85%, nessa plataforma continental, e é onde se encontra nosso já descoberto pré-sal.

É através do mar que grande parte, quase a totalidade, de nosso comércio internacional também é realizado. Mas além dos 8.500 quilômetros de extensão do litoral brasileiro, eles também estão nos 40 mil quilômetros de rios navegáveis em todas as atividades que nossa Marinha realiza.

Concluindo, Sr. Presidente, entre os mais avançados programas de modernização da frota, vale destacar o Programa Nuclear da Marinha, que vem sendo executado desde 1979 o que já possibilitou o domínio do ciclo do combustível nuclear e, recentemente, com o compromisso do Governo Federal de liberar, durante oito anos, a quantia de R\$1 bilhão, esse reator – que já está projetado e está sendo preparada a sua construção – poderá ser testado, possibilitando ao Brasil a construção de submarinos nucleares.

Portanto, senhoras e senhores, nesta nossa manifestação, apresentamos nosso mais profundo respeito, nossa mais profunda admiração a todos os membros da Marinha do Brasil – de ontem, de hoje – por todos os serviços relevantes prestados à nossa Pátria e pela importância e dignidade com que realizam suas tarefas.

Parabéns a todos os integrantes da Marinha do Brasil!

Viva a Marinha!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

Convidado para ocupar a tribuna o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Deputado Federal Gustavo Fruet, meu colega de partido; Sr. Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura

Neto; Sr. Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Juniti Saito; Sr. General de Exército Darke Nunes Figueiredo, que aqui representa o Comandante do Exército; Senhores Oficiais Generais, membros do Alto Comando da Marinha, Exército e Aeronáutica; Senhores Oficiais Generais da Marinha, Exército e Aeronáutica; Senhores Adidos Militares; Sr^as e Srs. Senadores; Sr^as e Srs. Deputados; senhoras e senhores, no início deste ano pude desfrutar, ao lado de outros parlamentares – inclusive do Deputado Gustavo Fruet –, de uma experiência fascinante. Participei, a bordo do Timbira, um dos nossos mais modernos submarinos, de um exercício no Rio de Janeiro. Mergulhamos e tornei-me, dentro das tradições navais, mais um súdito do Rei Netuno. Nesse dia, testemunhei o profissionalismo dos integrantes da Marinha do Brasil, a quem tenho a honra de homenagear no dia de hoje.

Este ano que se encerra foi pleno de demonstrações da capacidade e espírito de sacrifício das tripulações da Marinha do Brasil. Ao mesmo tempo, marca o início de uma era de renovação, que promete revolucionar a Armada brasileira. Aprovamos, no Parlamento, o acordo que permite ampliar a frota de submarinos e que colocará o Brasil, no prazo de 15 anos, no rol dos que possuem tecnologia de propulsão nuclear. Será um acréscimo bem-vindo a uma Força que terá as suas responsabilidades ampliadas com as descobertas, já mencionadas aqui, das reservas de petróleo do pré-sal e a necessidade de protegê-las da cobiça internacional.

É importante ressaltar que o domínio da tecnologia de propulsão nuclear nos habilitará a construir reatores de pequeno e médio porte, capazes de produzir energia para cidades de até 400 mil habitantes, reduzindo a emissão de combustível fóssil e ajudando o País a cumprir as metas propostas para desacelerar o aquecimento global.

A Força Naval também realiza importante esforço no trabalho de entendimento dos mecanismos climáticos com o Programa Antártico, que mantém a Base Comandante Ferraz e que recebeu, no último mês de fevereiro, um importante reforço: o navio polar Almirante Maximiano.

No próximo ano, a Marinha do Brasil dará início a um ambicioso projeto de renovação e ampliação de meios flutuantes. Devemos lembrar, neste momento, o espetacular trabalho realizado pela Força dentro das diretrizes traçadas pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Iniciado em 1974, esse trabalho permitiu agregar quatro milhões e quatrocentos mil quilômetros quadrados aos recursos nacionais. É o equivalente à área ocupada pela Amazônia Legal,

cerca de metade da superfície do território nacional em terra firme.

Para proteger essa Amazônia Azul, será criada uma nova Esquadra. Para tirá-la do papel, o País vai adquirir quatorze fragatas, dois navios-doca de desembarque e mais de 50 navios-patrulha de quinhentas e mil e quinhentas toneladas. Todos eles, pelo projeto, serão construídos no Brasil, absorvendo tecnologia de ponta e gerando riqueza e empregos.

A necessidade dessa Segunda Esquadra tornou-se evidente no triste episódio do voo Air France 447, que desapareceu quando voava na rota Rio de Janeiro-Paris, na noite de 31 de maio do corrente ano. Foram resgatados 51 corpos e mais de seiscentas partes e componentes estruturais da aeronave que, sem dúvida, ajudarão a entender as causas do acidente e a prevenir novas ocorrências.

Para realizar essa triste, mas necessária, tarefa, o Comando da Marinha, em coordenação com o Comando da Aeronáutica, realizou, durante vinte e seis dias, a maior e mais complexa operação de busca e resgate já realizada pelas Forças Armadas brasileiras em área marítima. A Marinha do Brasil atuou com onze navios em revezamento na área de buscas, totalizando cerca de 35 mil milhas navegadas, aproximadamente oito vezes a extensão da costa brasileira. É preciso ressaltar que boa parte dos meios navais empregados deslocou-se do Rio de Janeiro. A Força Aérea Brasileira, por sua vez, utilizou doze aeronaves e contou com o apoio de aviões da França, dos Estados Unidos e da Espanha. Foram voadas cerca de 1.500 horas, tendo sido realizadas buscas visuais numa área superior a três vezes a do Estado de Pernambuco.

A operação mobilizou, portanto, 1.344 militares da Marinha do Brasil e 268 da FAB nas tarefas de busca, resgate e suporte, um esforço considerável, que comprova a responsabilidade do País diante de seus compromissos internacionais.

Precisamos ressaltar que, dentro da estratégia nacional de defesa, as responsabilidades da Marinha não se limitam aos mares. O Ministro da Defesa esteve conosco na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, expondo os pontos principais dessa estratégia nacional de defesa, que tem, Srs. Comandantes, o apoio de todos nós, da oposição e do Governo, porque entendemos ser do interesse do Brasil a modernização das nossas Forças Armadas.

A participação da Marinha na proteção das fronteiras terrestres será ampliada com a criação de novas unidades de fuzileiros navais, um esforço importante no combate ao tráfico de drogas e de armas, um das pragas do mundo moderno.

A Força também realiza importante trabalho social na Amazônia Verde e no Pantanal mato-grossense. Anualmente, são realizadas quinze operações de assistência médica, odontológica e de orientação sanitária na Bacia do Amazonas e de seus afluentes, com um total de atendimento de aproximadamente 200 mil ribeirinhos. Eu, pessoalmente, também já pude estar em Coari, no Amazonas, e verificar bem esse trabalho de perto. Esse esforço é complementado por ações cívico-sociais nas cidades litorâneas e na Bacia do Rio Paraguai.

Nos rios amazônicos, a Força Naval percorre mais de 20 mil quilômetros de vias navegáveis. São empregados os navios de assistência hospitalar, além de lanchas e helicópteros de emprego geral Esquilo.

Para atender a população pantaneira, a Marinha incorporou o Navio de Assistência Hospitalar Tenente Maximiano que, em menos de um ano de atuação, atendeu mais de 3 mil brasileiros carentes.

Além dos atendimentos médico, odontológico, preventivo e corretivo e de vacinação, as equipes da Marinha proferem palestras de orientação para os ribeirinhos, ainda com o cuidado também ambiental necessário para a preservação em relação aos dejetos caseiros e ao lixo como um todo. Contribuem também para a execução de programas específicos de erradicação e controle das principais endemias da Região Norte, como a malária.

Enquanto os profissionais de saúde fazem o seu trabalho, uma outra equipe especialista em segurança da navegação realiza palestras e demonstrações práticas para a população, visando à prevenção de acidentes, além de promover a legalização de embarcações de ribeirinhos e habilitá-los para a navegação segura, outro ponto da maior importância que é realizado em todo o País.

São ainda distribuídas cartilhas sobre segurança da navegação e cuidados que devem ser tomados ao navegar ou utilizar o transporte aquaviário, redigidas em linguagem acessível e direta, abrangendo inclusive cuidados com a poluição causada pelo lixo jogado das embarcações.

Ao falar dessas questões do Amazonas e também do Pantanal, quero só lembrar um fato que, na época, achei pitoresco. Eu era Governador de Minas e me avisaram que queria falar comigo um oficial da Marinha; queria se apresentar porque estava em Minas Gerais para trabalhar. Eu pensei: "Minas não tem mar. O que um oficial da Marinha quer?". Entra o oficial e me diz: "Estou aqui para comandar a Capitania de Pirapora". Exatamente porque a Marinha também, questão pouco lembrada, cuida de todos os rios brasileiros. No rio

São Francisco, lá está a Marinha para orientar, para cumprir sua função.

Sabemos que todas essas ações são realizadas sob sérias restrições orçamentárias. O bom trabalho realizado pela Marinha do Brasil no resgate das vítimas e destroços do voo mencionado da Air France dá boas referências ao esforço e espírito de sacrifício das tripulações.

Faço uma breve interrupção para lembrar que notícias desta semana mostram que os recursos extras utilizados não foram ainda repostos do ponto de vista orçamentário, o que evidentemente é urgente que se faça.

Ainda em relação a esse voo, a fragata Constituição zarpou de Salvador com uma de suas duas turbinas a gás inoperante, segundo informações. A outra, defeituosa, operava sob severas restrições. A corveta Caboclo, adquirida ainda no Governo Juscelino Kubitschek, há mais de cinquenta anos, só podia alcançar a velocidade de 12 nós. O patrulheiro Grajaú, de apenas 200 toneladas, enfrentou galhardamente condições de mar para as quais não foi projetado.

Vejam que esses três exemplos mostram a necessidade urgente do reequipamento. São exemplos de que a Força hoje tem esforço similar ao de seus heróis, como Greenhalgh e Marcílio Dias, preservando a tradição de profissionalismo lançada ao mar na Guerra da Independência e forjada durante as guerras platinas e do Paraguai por líderes sábios e competentes como o foram os Almirantes Barroso e Tamandaré.

Hoje, comemorando o Dia do Marinheiro, olhamos o futuro da Marinha do Brasil com confiança. Miramos o passado e o presente com gratidão.

Muito obrigado por tudo o que fizeram e, tenho certeza, o que será feito pelos senhores. Honram a bandeira brasileira.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Registro a chegada do Senador Romeu Tuma, um dos proponentes desta sessão solene.

Antes de convidá-lo a presidir esta sessão, porque fará uso da palavra nessa alternância, passo a palavra agora ao Deputado Francisco Rodrigues, pela Liderança do Democratas na Câmara dos Deputados.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES (DEM – RR). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu colega de Parlamento Gustavo Fruet, que preside esta sessão em homenagem ao Dia do Marinheiro; Sr. Senador Romeu Tuma; Sr. Comandante da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto; Sr. Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito;

Sr. General de Exército Darke Nunes de Figueiredo, que representa aqui o seu Comandante, o General de Exército Enzo Peri; minhas senhoras e meus senhores; neste momento, homenageamos todos os marinheiros através do seu patrono, Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, que se distinguiu, no seu tempo, pela participação em praticamente todas as lutas que eram do interesse da Nação brasileira. Destacou-se também, e assim se transformou no Patrono da Marinha do Brasil, pela coragem e pelo patriotismo demonstrados em várias ocasiões, tanto nas lutas pela independência quanto nas lutas externas, entre as quais gostaríamos de destacar as campanhas do Prata e a Guerra da Tríplice Aliança.

Homenagear o Patrono da Marinha e a Marinha do Brasil nos leva a refletir sobre o papel que ela exerce naquilo que é tarefa precípua das Forças Armadas brasileiras. Pensando nesse papel e aproveitando que o Líder do Democratas, Deputado Ronaldo Caiado, e o Senador Almeida Lima me designaram a honrosa tarefa de relatar a Área de Justiça e Defesa do Projeto de Lei Orçamentária para 2010, é que gostaria de falar um pouco sobre a situação orçamentária da Marinha do Brasil e os reflexos para o nosso País. Não adianta apenas falar da tradição e das lutas dos heróis do passado se os marinheiros de hoje têm a comemorar, com orgulho, apenas o seu patrono, apesar de, como visionários patriotas, sonharem com a plenitude de sua faina marinheira para servir e defender o Brasil.

Na tarefa de defender e representar o Brasil, a Marinha, mesmo com as dificuldades orçamentárias ao longo dos anos, contribui para que o País ocupe, de fato, um papel na comunidade internacional à altura do nosso povo, da nossa vastíssima extensão marítima, e contribui também para o seu potencial econômico, ainda não plenamente desenvolvido.

Ao fazer a defesa do País e representá-lo, é evidente que as Forças Armadas e a própria Marinha têm reflexão estratégica. Com isso, é possível antever problemas e conflitos, preveni-los e resolvê-los da melhor maneira, até porque o Brasil, felizmente, há muito não se envolve em guerras, ainda que não passem despercebidos da Nação brasileira os conflitos de âmbito mundial.

Queremos reforçar que a Marinha brasileira, dentre outras funções e tarefas, tem-se destacado no desenvolvimento científico, especialmente no programa nuclear que desenvolve. Temos de ressaltar o Projeto Aramar, desenvolvido pela Marinha com fim específico de construir um submarino nuclear, fundamental para a Nação, pela sua autonomia de combustível, pela sua propulsão silenciosa, pela velocidade com que é capaz de se locomover por tempo muito maior.

Esse também é um papel pacifista na medida em que o Brasil ganha um poder dissuasório ainda maior junto às outras Forças.

Para termos exemplo do que significa controlar a área territorial brasileira no mar, mais de 90% do comércio é feito pelo mar e 80% do petróleo consumido no Brasil é extraído do mar com alta tecnologia.

Os recursos alocados no Orçamento para 2010 levarão a um atraso na conclusão do Programa Nuclear da Marinha, que nos deixará sujeitos a penalidades contratuais, incluindo sanções financeiras, bem como implicações para a INB (que utiliza ultracentrífugas fabricadas pela Marinha), para a Eletronuclear (que utiliza o urânio enriquecido pela Marinha do Brasil, através da INB) e para as demais indústrias que se beneficiam do arrasto tecnológico proporcionado pelo Programa Nuclear da Marinha, aumentando a dependência externa para o fornecimento de bens e serviços relacionados ao campo nuclear, como, por exemplo, o setor de saúde.

Além da área nuclear, com os valores alocados no Orçamento de 2010 não será possível para a Marinha sanar as pendências de reparo e manutenção dos seus meios operativos, visando à manutenção de um patamar mínimo de prestamento das Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais, o que dificultará, entre outras atividades, o atendimento da Fiscalização do Tráfego Aquaviário, as Operações de Assistência Cívico-Social (Acisos) e a Operação Verão (fiscalização das embarcações de passeio durante as férias), implicando também na interrupção do patrulhamento e vigilância da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental, bem como no adestramento das tripulações dos navios e das aeronaves.

A limitação de recursos para 2010, imposta pelas restrições orçamentárias no Ploa, trará atraso na modernização e revitalização dos meios da Marinha, com a consequente retração da capacidade operativa da Força, cujos ciclos já se encontram comprometidos. Cabe destacar que essa retração compromete o poder dissuasório da Esquadra brasileira; vulnerabiliza a segurança das plataformas de petróleo; reduz a capacidade de construção naval; e dificulta o enfretamento às novas ameaças, tais como delitos transnacionais, crime organizado e terrorismo internacional.

A Marinha contratou a construção de quatro navios-patrulha no estaleiro Eisa, e, em função dos valores disponibilizados no Orçamento para 2010, haverá a necessidade de complementação dos recursos a fim de honrar os compromissos assumidos e dar continuidade à construção dos navios-patrulha. A construção de quatro navios-patrulha possibilitará a ampliação da oferta de mão de obra e, como a construção dos navios

se dará ao longo de três anos, permitirá a manutenção da mão de obra empregada ao longo desse período, gerando benefícios sociais e econômicos.

Os quatro navios serão empregados nos grupamentos e forças navais para a defesa das atividades econômicas desenvolvidas nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, bem como em apoio às atividades de inspeção naval, fiscalização de embarcações, salvaguarda da vida humana e no combate aos ilícitos transnacionais e crimes contra o meio ambiente. Assim, cabe um alerta: plataformas de exploração de petróleo, particularmente as mais distantes da costa, são alvos potencialmente tentadores para ações criminosas; além disso, o tráfego de embarcações não autorizadas nas proximidades das plataformas, principalmente barcos pesqueiros, é um fator de risco para incidentes imprevisíveis àquelas instalações.

Prover sua eficaz proteção é uma responsabilidade da Marinha do Brasil, que, para tal, necessita de um adequamento de navios tecnologicamente atualizados.

Ao encerrar, cumprimento o Comandante da Marinha, Almirante Moura Neto, as Forças Armadas Brasileiras, e acrescento que tudo é feito com poucos recursos.

O povo brasileiro deve se orgulhar de sua Marinha, e, hoje, como representante desse povo, queremos render nossa justa homenagem à Marinha do Brasil, porque o povo brasileiro, na verdade, está solidário com a sua ação e a sua presença nos mares que protegem a nossa costa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Obrigado, Deputado Francisco Rodrigues.

Com muita honra, concedo a palavra a um dos requerentes desta homenagem, em nome do Senado Federal, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom-dia, senhoras e senhores. Cumprimento o ilustre Presidente, Deputado Gustavo Fruet; o Comandante da Marinha, Exmº Sr. Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto; o Comandante da Aeronáutica, Exmº Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito; o Exmº Sr. General de Exército Darke Nunes de Figueiredo, representando o Comandante do Exército, com quem tive a honra de várias vezes de trabalhar em momentos difíceis da Nação brasileira; Srs. Oficiais-Generais, membros do Alto-Comando da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; Srs. Oficiais, Adidos Militares; Oficiais e Praças dos três comandos militares; senhoras e senhores, nenhuma figura da retórica seria suficiente e poderosa para ilustrar esta homenagem do Congresso Nacional aos

marinheiros pelo transcurso do seu dia e a Força que os congrega, isto é, a Marinha do Brasil.

Digo isso, porque, se tentarmos compor algo poético para descrever o que a Marinha e seus integrantes representam, em termos de preservação dos recursos naturais, salvaguarda da vida humana no mar e segurança de nossas águas territoriais, dificilmente conseguiremos exceder à realidade retratada nas magistras peças de divulgação oficial da data neste ano, sob os auspícios do Comando da Força Naval.

A garganta está apertando aqui. A emoção chega antes da hora.

Por exemplo, um spot em execução nas emissoras de rádio sintetiza tais atividades com as seguintes afirmações, Comandante:

Navegando sobre a imensidão dos oceanos, sobrevoando o espaço aéreo que cobre nossas águas, mergulhando nas profundezas de nossos mares, marchando sobre as areias douradas de nossas praias, percorrendo os rios de nossa "Amazônia Verde", patrulhando nosso litoral, ela está sempre alerta, protegendo as riquezas de nossa Amazônia Azul.

Treze de dezembro, Dia do Marinheiro, Marinha do Brasil.

Cartazes também são vistos, complementando tal descrição, com fotos e os seguintes dizeres – desculpem a emoção –: "A área marítima brasileira, denominada 'Amazônia Azul', equivale à metade do território nacional. Zelar por esse patrimônio é nossa responsabilidade".

Lembro-me agora, aqui, de que estive, na penúltima semana, na ONU, quando fui designado pelo Presidente do Senado. Meu primeiro desejo foi comparecer à comissão de reformulação da resolução sobre o mar, principalmente por causa das riquezas naturais que o mar oferece, inclusive a pesca. Além da pesca predatória, há as piratarias que chegam ao mar brasileiro, sonegando as nossas riquezas, trazendo dificuldades.

Havia oficiais da Aeronáutica na comissão, não eram da Marinha, mas conheciam profundamente o problema, que era coordenado por uma Ministra do Itamaraty. E ela alertava sobre as dificuldades para o patrulhamento de toda a plataforma marítima brasileira; que não havia condições de oferecer resistência ou, pelo menos, com a presença, de evitar qualquer tipo de invasão que pudesse levar as nossas riquezas para outro mundo e tirar do povo brasileiro o resultado dela, Presidente Fruet.

Então, participei de uma das reuniões em que todos os países que são banhados pelo mar discu-

tiam a reformação dessa resolução. Os países ricos têm a capacidade de enormes navios pesqueiros, que chegam ao país e já industrializam dentro dos barcos os seus produtos. E há as plataformas marítimas de exploração de petróleo; hoje, há o pré-sal, a pesca, várias possibilidades de enriquecimento da sociedade brasileira.

Desculpem-me, aqui está a história de Tamararé, acho que todos já a ouviram. É tão bonita, tão gostosa, que eu deveria lê-la, mas lembro a atualidade e as grandes dificuldades da Marinha, da Aeronáutica, do Exército em manterem não só a segurança, mas também o patrimônio, a riqueza da Nação que está sobre o mar. Então, a nossa luta é melhorar o sistema material da Marinha e da Aeronáutica.

Fui o Relator dos P-3. Soube, com muita satisfação, que estão para entregá-los agora. Refiro-me aos aviões de vigilância da plataforma marítima brasileira. O Comandante Saito me disse que está próximo, quem sabe ele me leva num voo desses, para dar um passeio sobre o mar, sobre a Amazônia Azul. Espero também o nosso navio aeródromo, que deverá estar em breve navegando nas águas brasileiras e, provavelmente, atravessando outros mares, levando a figura importante da Marinha do Brasil em colaboração com a paz.

Fiz um levantamento sobre os *royalties* a que a Marinha tem direito e que nunca recebeu. Provavelmente, com esses *royalties*, ela seria reequipada em todas as necessidades: com submarinos, navios de guerra ou qualquer outro tipo de navio que pudesse colaborar com o patrulhamento das águas brasileiras. É um sofrimento.

Recentemente, o Secretário da Marinha esteve no meu gabinete – é claro que o atendi com muita alegria e satisfação, pelo amor que tenho às Forças Armadas brasileiras –, pedindo-me uma emenda de bancada para a Aramar. É triste, Deputado Fruet, a Marinha, a Aeronáutica, o Exército terem de vir pedir emenda. Pelo amor de Deus! Há o direito aos *royalties*, o direito de que o Orçamento tenha a realidade das necessidades das Forças Armadas, que são sagradas para o País. E o oficial tem de vir aqui pedir uma colaboração, para não ver sufragar aquilo de que tem necessidade, para cumprir suas obrigações...

Ultimamente, a Marinha tem convidado, de forma elegante, os Parlamentares para algumas operações que tem realizado. Fiz um relatório, que publiquei no *Jornal do Senado*, sobre o navio-hospital; convidaram Parlamentares, para acompanhar o trabalho que é feito por esse navio. Lembro-me de quando estava na Polícia Federal: em Labre há uma doença grave, e só a Marinha podia atendê-los com o navio-hospital, alcançando regiões de difícil acesso naquele Estado. É

nossa honra, nossa dignidade – e temos de respeitá-la – a Amazônia Verde. A Amazônia Verde e a Amazônia Azul são sagradas para o Brasil. Então, felizmente as Forças Armadas garantem a tranquilidade e o progresso desses Estados onde elas se encontram.

Recentemente, estive em Aramar também, onde o enriquecimento do urânio é feito com uma tecnologia brilhante, tranquila, avançada. Já me dizia o Almirante Bezerril – muito simpático –, conhecedor profundo da área que administra, que já tinha sob controle o necessário para o submarino nuclear. A energia necessária já tinha sido desenvolvida. Inclusive, vários progressos são feitos por iniciativa de membros, que lá trabalham, da Marinha brasileira ou de engenheiros contratados. É uma coisa maravilhosa conhecer a tecnologia desenvolvida pelas três Forças!

Então, as Forças Armadas têm tido o trabalho, bastante elegante, de convidar-nos sempre para esses tipos de operação e visitas, para acreditarmos na importância do desenvolvimento tecnológico e na ciência que têm desenvolvido em benefício do Brasil.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMEUTUMA (PTB – SP) – A campainha já tocou duas vezes. Esperava que fosse o sino que toca quando se entra em um navio. Tomei um susto uma vez. Fui visitar o quartel de fuzileiros navais aqui, cujo comandante era meu amigo de São Paulo. Quando cheguei, entramos em forma, os dois, e tocaram um apito. Eles tocam o apito quando entra uma autoridade. E eu me senti honrado com aquilo. Eu acho que o sino também... Essas representações simbólicas da Marinha são espetaculares para emocionar as pessoas, principalmente os civis que conhecem de perto o trabalho da Marinha. Em mil novecentos e sessenta e poucos, eu recebi o diploma de Amigo da Marinha.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Já vou terminar, Sr. Presidente.

De Amigo da Marinha; depois, teve comenda. Mas esse diploma de Amigo da Marinha guardo-o com muita honra e com muito respeito, porque é gostoso ser amigo dos “homens de branco”.

Que Deus os abençoe e que os nossos mares sempre sejam garantidos pela vontade, pela coragem e pelo destemor dos marinheiros do Brasil. (Palmas.)

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIA-
MENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.**

**O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem apanha-
mento taquigráfico.)** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Se-

nadores, nenhuma figura de retórica seria suficientemente poderosa para ilustrar esta homenagem do Congresso Nacional aos marinheiros pelo transcurso do seu dia e à Força que os congrega, isto é, a Marinha do Brasil.

Digo isso porque, se tentarmos compor algo poético para descrever o que a Marinha e seus integrantes representam em termos de preservação dos recursos naturais, salvaguarda da vida humana no mar e segurança das nossas águas territoriais, dificilmente conseguiremos exceder a realidade retratada nas magistrais peças de divulgação oficial da data, neste ano, sob os auspícios do Comando da Força Naval.

Por exemplo, um “spot” em execução nas emissoras de rádio sintetiza tais atividades, com as seguintes afirmações:

“Navegando sobre a imensidão dos oceanos, sobrevoando o espaço aéreo que cobre nossas águas, mergulhando nas profundezas dos nossos mares, marchando sobre as areias douradas de nossas praias, percorrendo os rios da nossa ‘Amazônia Verde’, patrulhando o nosso litoral, ele está sempre alerta, protegendo as riquezas da nossa ‘Amazônia Azul’. Treze de dezembro, Dia do Marinheiro, Marinha do Brasil.”

Cartazes também são vistos, complementando tal descrição, com fotos e os seguintes dizeres:

“A área marítima brasileira, denominada ‘Amazônia Azul’, equivale à metade do território nacional. Zelar por esse patrimônio é nossa responsabilidade.”

Portanto, quase nada há a acrescentar, sem que se torne redundante. Mas, a primeira homenagem que recebi da Força Naval – e lá se vão cerca de 40 anos – foi a de ser agraciado com o diploma de Amigo da Marinha, título destinado a quem contribui na área civil para as atividades da Arma. Guardo esse diploma com muito orgulho e carinho, de maneira a tê-lo sempre presente, lembrando-me o quanto me honra corresponder a essa amizade.

Assim, desejo ressaltar alguns aspectos significativos do Dia do Marinheiro, instituído em 1925 pelo Almirante Faria de Alencar, então Ministro da Marinha, para colocar em destaque todo 13 de dezembro, aniversário do Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré.

Nossas Forças Armadas são o povo brasileiro em armas para defender a Pátria, se preciso for, mas também para perpetuar as mais puras tradições castrenses e cultuar as mais relevantes etapas da singradura histórica de um Brasil gigante, erigido como o maior

cadinho de raças do mundo, graças ao entendimento mútuo, à concórdia e ao culto da paz. Entre nossas instituições militares, a Marinha do Brasil distingue-se especialmente pela antiguidade, um tempo de existência que se confunde com o da própria Nação. E é para reverenciá-la que, com imenso prazer, requeri esta sessão especial do Congresso Nacional como Senador pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Joaquim Marques Lisboa, Almirante e Marquês de Tamandaré, seu Patrono, encarnou a alma e personificou a grandiosidade de nossa Marinha, instituição formada por homens e mulheres oriundos de todos os quadrantes e camadas sociais da Nação. Suas lições de patriotismo, coragem, liderança e competência avultaram durante sessenta anos da carreira militar e estão sintetizadas no epitáfio que ele mesmo criou em seu testamento: “Aqui jaz o velho marinheiro”.

Como lembra o Comando da Marinha em seu sítio na internet, “*Tamandaré está entre o seleto grupo de brasileiros que resguardou o Império da desagregação, manteve a disciplina na Marinha e contribuiu para a concórdia e paz no País.*” O Patrono transformou seu conciso testamento numa ode à “fé, à esperança e à caridade”, que conservou como timbre de seus sentimentos, conforme afirma no documento. Ao dispor suas últimas vontades, acabou estabelecendo um rol de princípios admiráveis, dos quais ninguém, poderoso ou não, deveria se apartar.

Por exemplo, embora cultuado pela Pátria como um dos seus mais diletos filhos e principais heróis, exigiu que, ao morrer, fosse “*vestido somente com camisa e ceroula e coberto com um lençol, metido em um caixão forrado de baeta, tendo uma cruz da mesma fazenda, branca, e sobre ela colocada a âncora verde que me ofereceu a Escola Naval em 13 de dezembro de 1892.*

 Além de proibir “*coroas, flores nem enfeites de qualquer espécie*” sobre o caixão, Tamandaré escreveu:

“Exijo mais que meu corpo seja conduzido em carrocinha de última classe, enterrado em sepultura rasa, até poder ser exumado, e meus ossos colocados com os de meus pais, irmãos e parentes, no jazigo da família Marques Lisboa”.

Como lembrei nesta tribuna anos atrás, o testamento de Tamandaré extrapola os limites da humildade para desnudar preocupações sociais incomuns em muitos personagens daquela época. Externa sua repulsa pela escravidão e deixa claro o respeito dedicado aos ex-escravos e à sua libertadora, a Princesa Isabel. Como testador, escreveu:

"Exijo que se não façam anúncios nem convites para o enterro de meus restos mortais, que desejo sejam conduzidos de casa ao carro e deste à cova por meus irmãos em Jesus, o Cristo, que hajam obtido o foro de cidadãos pela Lei de 13 de Maio. Isso prescrevo como prova de consideração a essa classe de cidadãos, em reparação à falta de atenção que com eles se teve pelo que sofreram durante o estado de escravidão; e reverente homenagem à grande Isabel Redentora, benemérita da Pátria e da humildade, que se imortalizou, libertando-os."

Joaquim Marques Lisboa nasceu no Rio Grande do Sul a 13 de dezembro de 1807. Era filho de Francisco Marques Lisboa e de Eufrásia de Azevedo Lima. Morreu no Rio de Janeiro a 20 de março de 1897. As atividades do pai, patrono-mor do porto do Rio Grande, influenciaram a escolha dos dois filhos, Manoel e Joaquim, pela vida no mar.

O primogênito, Manoel Marques, insurgiu-se contra o desprezo dado pelos militares portugueses aos colegas brasileiros e acabou expulso da Academia Naval. Pouco depois, participou de um levante de oficiais, que figura nas origens da revolução de Pernambuco, em 1817.

Joaquim Marques espelhava-se em Manoel e entrou para a Esquadra aos quinze anos. Serviu-a por toda a vida. Seu batismo de fogo ocorreu na fragata Niterói, durante a Guerra da Independência, quando, sob o comando do Almirante Lord Cochrane, a Armada precisou enfrentar a esquadra portuguesa na Bahia. Começa ali sua trilha de heroísmo, reconhecido imediatamente pelos chefes João Taylor e Barroso Pereira. Então, recebeu a primeira medalha, outorgada por D. Pedro I.

Matriculou-se na Academia de Marinha, em 1824, e tornou-se amigo do guarda-marinha Francisco Manuel Barroso da Silva, futuro Barão do Amazonas, herói da Guerra do Paraguai. Irrompida a revolução pernambucana, Joaquim Marques, mesmo com os estudos incompletos, retornou à Esquadra a chamado do Almirante Cochrane, devido à carência de oficiais brasileiros. Os elogios a ele dirigidos por Taylor e Cochrane valeram-lhe o posto de Segundo-Tenente.

Todavia, ansiava dar mais provas de que nada almejava a não ser por justiça e mérito. Requeriu exames de todas as matérias do curso completo da Academia de Marinha e foi aprovado ante surpresa geral, pois contava apenas dezoito anos de idade. Logo em seguida, participou da Guerra Cisplatina. Ao enfrentar os argentinos durante uma expedição à Patagônia, caiu prisioneiro, mas conseguiu fugir audaciosamente.

Em 1835, Tamandaré comandou a retirada das forças ilegais no Pará. No ano seguinte, tentou debelar a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul. Na Revolução Praieira, em Pernambuco, já no reinado de D. Pedro II, comandou a corveta D. Afonso. Ao lado do Duque de Caxias, lutou em terra e no mar pela consolidação do regime imperial. Em 1849, com sua tripulação, salvou de uma tempestade a nau portuguesa Vasco da Gama. Por esse feito, foi-lhe outorgada uma espada de ouro.

Tamandaré lutou voluntariamente pela consolidação da Independência. Participou de todas as lutas do Primeiro Reinado, da Regência e no governo de D. Pedro II. Promovido a Vice-Almirante em 2 de dezembro de 1856, recebeu o título de Barão de Tamandaré a 14 de março de 1860 e foi nomeado Ajudante-de-Campo de Sua Majestade D. Pedro II, a 25 de janeiro de 1862. Recebeu o título de Conde de Tamandaré em 1887 e o de Marquês em 1888.

Em 1864, chefiou a Comissão Naval Brasileira enviada à Europa e fiscalizou a construção do primeiro grupo de canhoneiras que o Governo encomendara. De volta ao Brasil, com a declaração de guerra contra o ditador Solano Lopez, do Paraguai, passou a comandar a Esquadra Brasileira em operações, com seu quartel-general em Montevidéu, a bordo da corveta Niterói. Sua bravura repetiu-se nas sangrentas batalhas do Riachuelo, Humaitá, Uruguiana, Curuçu e Curupaiti.

Tamandaré permaneceu no Sul de 1865 a 1867, ano em que voltou ao Rio de Janeiro. Foi, então, promovido ao posto de Almirante. Exerceu ainda elevados cargos, como membro do Conselho Naval e do Supremo Tribunal Militar. A Proclamação da República excetuou-o da reforma compulsória. Mas, ele não quis aproveitar-se dessa honrosa exceção. Pediu reforma, que só lhe foi concedida a 20 de janeiro de 1890.

Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, Srs. Oficiais das três Forças Armadas, o histórico de Tamandaré na Marinha do Brasil basta para nos mostrar a presença dos ingredientes enaltecidos pelos antigos como necessários na edificação de um país: o povo, as armas e o braço forte. Mediante tais princípios, aqueles patriotas construíram um Brasil tão formoso e rico em recursos naturais, que o vemos hoje, como outrora, ser alvo de inegável cobiça internacional.

Assim, tanto quanto ao tempo das invasões por corsários e armadas estrangeiras, o País precisa das armas e da coragem de seus marinheiros. Em passado remoto, foram decisivas para conter as tentativas de fracionar o território nacional. Delas, continua a depender o nosso poder de dissuasão com vistas a quaisquer ingerências internacionais.

Repto nesta tribuna que, em futuro não muito distante, a importância das nações será decidida pelas condições de meio ambiente, biodiversidade, segurança alimentar, potencial energético e recursos minerais que consigam preservar.

Por todo o mundo, a natureza pródiga em bens, mas impiedosa com as agressões que lhe são feitas, dá sinais inequívocos das dificuldades do porvir. Junte-se a isso a inexistência ou o esgotamento de recursos naturais pela Terra afora, e perceberemos que nem sequer a busca de minérios no espaço cósmico poderá diminuir a importância das reservas nacionais. Daí, por exemplo, a cupidez internacional sobre a Amazônia. Daí, também, nossa atual preocupação com o petróleo da camada pré-sal.

Ainda que salte à vista o valor da vigilância naval nos rios amazônicos, assim como os inestimáveis serviços prestados às populações ribeirinhas, essas atividades da Marinha restringem-se ao que podemos designar como Amazônia Verde. É a região detentora da maior quantidade de água doce existente no planeta, também chamada de “pulmão do mundo”. Os sinais mais visíveis de cobiça recaem sobre ela principalmente devido aos singulares e espantosos tesouros minerais e vegetais que possui.

Entretanto, somos um País marítimo por excelência. Assim, o Brasil dispõe de outra Amazônia, tão rica e talvez tão invejada quanto aquela. Trata-se de uma imensidão com 4,5 milhões de quilômetros quadrados, isto é, Amazônia Azul, aquela que se estende pelo nosso mar territorial e na qual podem estar as maiores reservas petrolíferas conhecidas.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, todos os bens econômicos existentes sobre o leito e no subsolo marinho constituem propriedade exclusiva do país ribeirinho. Ao longo de uma Zona Econômica Exclusiva - ZEE (faixa litorânea de 200 milhas náuticas de largura), a exploração desses bens possui a mesma exclusividade. Quando a Plataforma Continental ultrapassa essas 200 milhas, a propriedade econômica do Estado pode estender-se a até 350 milhas náuticas. É em consequência dessas normas que nosso Mar Territorial tem dimensões equivalentes à metade do nosso território terrestre.

Da mesma forma que a Amazônia Verde, a Azul apresenta aspectos estratégicos que chegam a predominar sobre os econômicos. Por exemplo, 95% do nosso comércio exterior dependem do transporte marítimo. Entre importações e exportações, esse meio de transporte escoa o equivalente a 160 bilhões de dólares ao ano. Além do mais, é do Mar Territorial que provêm 90% da produção petrolífera nacional. Devemos lembrar ainda as riquezas representadas pela pesca e pelos

minerais contidos dos nódulos polimetálicos, assim como pelas novas formas de vida marinha, identificadas nas proximidades de fontes hidrotermais profundas, independentes da luz e que abrem novas perspectivas para a biogenética e a farmacologia.

Não é à-toa que a Assembléia Geral da ONU vem dedicando, a cada ano, mais tempo às discussões relativas aos direitos e recursos do mar. Apenas o que acabo de mencionar já comprova quão necessário é possuirmos um Poder Naval inofensável e apto a garantir, com todos os meios necessários, a soberania, os direitos e os interesses brasileiros na Amazônia Azul.

Ainda agora, estão sendo suplantadas as mais promissoras previsões sobre os gigantescos reservatórios petrolíferos da camada pré-sal, abrangente das bacias sedimentares de Santos, Campos e Espírito Santo, a uma profundidade de 5 a 7 mil metros. Estende-se por 800 quilômetros, do Espírito Santo até Santa Catarina. As reservas já levantadas superam os oito bilhões de barris, estimando-se que ainda poderão ser comprovados mais de oitenta bilhões de barris, capazes de situar o Brasil entre os maiores donos de petróleo no mundo.

À evidente responsabilidade de garantir tamanho patrimônio, nossa Marinha acrescenta diversas atribuições subsidiárias, entre as quais o apoio aos navegantes, a elaboração de cartas náuticas e a salvaguarda da vida humana no mar, assim como a implementação e a fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos no oceano e nas águas interiores. Ombradeada com o Exército e a FAB, garante a soberania brasileira na Amazônia e enfrenta as chamadas “novas ameaças”, como a criminalidade transnacional organizada, o terrorismo, os delitos ambientais e a pesca irregular. E, além do mais, leva assistência médica e odontológica a povos ribeirinhos, que disto dependem inteiramente. Desincumbe-se, portanto, de responsabilidades imensas.

Recentemente, para comemorar os 50 anos da assinatura do Tratado Antártico, destacamos a importância da presença brasileira no continente gelado para o desenvolvimento científico nacional, com especial menção aos esforços dos pesquisadores apoiados pela Marinha. Aquele tratado recebeu, em 1º de dezembro de 1959, as assinaturas de 12 países interessados na exploração científica e, em 1982, a adesão do Brasil. E nossa presença depende totalmente da Marinha e da Força Aérea Brasileira - FAB.

Só os 3 bilhões de reais em “royalties” de petróleo, devidos à Marinha pela União, seriam suficientes para mantê-la modernizada. É dinheiro necessário para recuperar a frota, consertar equipamentos avariados,

substituir ou remodelar o que está ultrapassado. As Leis 7.990/89 e 9.478/97, conhecidas como “leis do petróleo”, determinam o recolhimento pela Petrobras ao Tesouro Nacional de quantitativos correspondentes à extração e produção petrolíferas. Parte desse valor destina-se ao Comando da Marinha. São os chamados “royalties” e a estimativa de sua arrecadação compõe, regularmente, a proposta da Marinha para montar seus orçamentos anuais. Todavia, apenas uma parcela de tais recursos é entregue regularmente à Força, o que gerou aquele débito incomprensível.

Desde 1914, nossa Marinha possui submarinos convencionais diesel-elétricos. A partir do final da década de 80, passou a construir e operar submersíveis de modelo alemão. Quatro deles, da classe Tupi, foram fabricados no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro.

Antes disso, porém, a imensidão de nosso mar já fazia saltar à vista a necessidade de termos um submarino de propulsão nuclear, capaz de permanecer submerso por longos períodos e desenvolver respeitável velocidade nas profundezas. Assim, desde o final dos anos 70, o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo desenvolve o programa de tecnologia nuclear, objetivando um submarino estratégico autóctone. Em 1982, logrou dominar o ciclo do combustível atômico e, desde essa época, dedica-se à construção de um protótipo de reator capaz de impelir o sonhado submersível.

Como escreveu o Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, “*o caminho seguido pelas potências que produzem submarinos nucleares foi o de, a partir do pleno domínio do projeto de convencionais, evoluir, por etapas, para um submarino nuclear, cujos requisitos, em termos de tecnologia e controle de qualidade, superam em muito aqueles de um convencional.*” Mas, como não há tempo nem recursos financeiros suficientes, a solução encontrada foi a de, em segurança, saltar etapas mediante parcerias estratégicas com nações capazes de transferir as tecnologias convencional e nuclear a um só tempo. A escolha recaiu sobre a França.

Vivemos o ano da França no Brasil. A parte relativa ao setor de defesa foi a que mais chamou a atenção internacional, devido aos valores envolvidos em decorrência dos acordos celebrados, no final de 2008, entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy. Atingem 6 bilhões de euros.

A parte dedicada aos submarinos comprehende 4,1 bilhões desse total e abrange a aquisição de quatro unidades convencionais da classe Scorpène, com transferência de tecnologia e construção no Brasil, assim como o apoio da França à concepção da parte não-nuclear do submersível atômico brasileiro.

Sabe-se que o casco do Scorpène segue os conceitos da classe Rubis, nuclear, de 2.400 toneladas. Possui qualidades hidrodinâmicas necessárias às altas velocidades – ao redor de 20 nós – e às manobras críticas. Ampliado, parece plataforma ideal para suportar o reator nuclear desenvolvido pela Marinha do Brasil. Assim, daqui a 12 anos, deverá transformar-se naquela embarcação estratégica, nosso primeiro submarino de propulsão atômica. As unidades convencionais (diesel-elétricas) irão juntar-se à frota de cinco submarinos da classe Tupi.

Embora dotado de sonares e sensores mais modernos do que os instalados no Tupi, o Scorpène é inferior à classe Rubis em tamanho. Mede 6,3 metros de diâmetro e desloca 1,4 mil toneladas. Nossa submarino nuclear deverá ter 9 metros de diâmetro. Suas dimensões são, portanto, incompatíveis com o Arsenal da Marinha em funcionamento na Baía da Guanabara, daí a necessidade de um estaleiro mais amplo para construí-lo.

O acordo implica ainda a construção de um complexo naval de grandes proporções, no Rio de Janeiro, bem como de outras instalações, ocupando área de 95 mil metros quadrados. Dependendo de licenças ambientais, ali também funcionará a nova base da Força de Submarinos da Marinha, atualmente estabelecida em Niterói.

Sr. Presidente, Sr^as. e Srs. Senadores e Deputados, caros oficiais das Forças Armadas que prestigiam esta comemoração, termino destacando que patriotismo, honradez, heroísmo, pertinácia, lealdade, competência, dedicação, valentia, brio e desprendimento são algumas das dignificantes expressões presentes na vida do Almirante Tamandaré e seus seguidores. Produzem a união evidenciada pela presença de integrantes das três Armas ombreadas neste Plenário.

Viva o Dia do Marinheiro! Viva a Marinha do Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Convidado, para falar pela Liderança do PMDB, o Deputado Mauro Lopes, ao tempo em que convidado o Senador Romeu Tuma para assumir a Presidência desta sessão solene.

O Sr. Gustavo Fruet deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. MAURO LOPEZ (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Exmº Sr. Presidente Romeu Tuma, a quem tenho a honra de saudar e a felicidade de com ele ter convivido cuidando da segurança públ-

ca: ele, na Polícia Federal; e eu, na Polícia Rodoviária Federal. Tivemos um trabalho muito árduo, mas saudável; quero saudar o meu colega Gustavo Fruet, que é um dos subscriptores desta homenagem à Marinha do Brasil; saudar o Comandante da Marinha, Exmº Sr. Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto; o Comandante da Aeronáutica, Exmº Sr. Tenente Brigadeiro do Ar Juniti Saito; o Exmº Sr. General de Exército Darke Nunes de Figueiredo, representando neste ato o Comandante do Exército; os Senhores Oficiais Generais, membros do Alto Comando da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; os Senhores Oficiais Generais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; os Srs. Adidos Militares; os Oficiais e Praças dos três comandos militares; as Srªs e os Srs. Deputados; as senhoras e senhores.

A Marinha do Brasil comemora, no dia 13 de dezembro, o Dia do Marinheiro, em reverência à data de nascimento do ilustre filho do Estado do Rio Grande do Sul, Almirante Joaquim Marques de Lisboa, Marquês de Tamandaré. Assim sendo, Sr. Presidente, nós, parlamentares, que representamos a sociedade brasileira como um todo, ao homenagearmos a nossa Marinha, temos um momento para refletirmos sobre a importância do mar para o Brasil.

O mar foi nossa via de descobrimento, de colonização, de invasões, de consolidação da independência, de comércio e de agressões, além de palco de defesa da soberania em diversos episódios, como nas duas guerras mundiais, ocorridas no último século.

Além de termos a maioria de nossa população habitando nosso litoral de mais de 8 mil quilômetros de extensão, pelo mar são transportados mais de 90% de todo o nosso comércio exterior, ou seja, mais de US\$100 bilhões por ano.

Do mar também são extraídos 80% do petróleo nacional, além de uma infinidade de outros recursos econômicos, como a pesca, o sal, algas, vasta gama de compostos orgânicos, além de minerais e matérias primas diversas.

É inquestionável a importância da atividade marítima como fator fundamental para o desenvolvimento do nosso País. Devemos, pois, refletir profundamente sobre a natureza das pressões e até das crises que poderá o nosso Brasil vir a enfrentar em decorrência de interesses antagônicos, particularmente se considerarmos as constantes mudanças no cenário político-econômico internacional.

Infelizmente, senhoras e senhores, acompanhando os conflitos ocorridos ultimamente, não se pode garantir que as possíveis controvérsias serão sempre resolvidas pelo caminho da negociação, sem o cor-

respondente respaldo do poder militar. Seria extrema ingenuidade de nossa parte.

É nesse ponto que surge a presença de nossa Marinha. Na defesa de nossa soberania no mar, a Marinha desempenha o papel central e deve ser capaz de impor a um eventual adversário um custo tão elevado à sua opção militar que esse seja dissuadido de perpetrar tais agressões, incentivando-se, assim, a solução pacífica das controvérsias.

Além dessa sua função precípua e a par do seu preparo bélico, sabemos que a nossa Marinha sempre desenvolveu, em tempo de paz, outras atividades essencialmente importantes para o crescimento do País.

Podemos mencionar algumas que, discretamente realizadas, têm sido de grande relevância para o povo brasileiro. É o caso das ações cívico-sociais e de assistência hospitalar efetuadas pelos navios da Marinha na Amazônia, atuando em todos os rios navegáveis, de Belém a Tabatinga, e sendo conhecidos pelos ribeirinhos como “Os Navios da Esperança”. Em cada viagem realizada por um dos navios são realizadas inúmeros atendimentos médicos, odontológicos, cirúrgicos e de enfermagem, além de vacinação e exames ambulatoriais e dermatológicos. Isso eu presenciei, pois tive a honra de receber um convite da Marinha e, juntamente com Senadores e Deputados, estivemos lá, nos rios da Amazônia, vendo esse trabalho benéfico feito pela Marinha.

No campo científico-tecnológico, a Marinha tem contribuído de forma significativa para o desenvolvimento do País, destacando-se no pioneirismo na eletrônica, na química, na informática e, principalmente, na energia nuclear.

No Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo, a Marinha busca incansavelmente a independência na pesquisa científica e no desenvolvimento tecnológico do nosso Brasil. Apesar de esforço contínuo, em uma área na qual nenhuma potência detentora dessa tecnologia presta qualquer colaboração, e contando com a parceria de universidades e da indústria nacional, a Marinha conseguiu atingir o que se imaginava ser inatingível: colocou o Brasil no seletí grupo de países com autossuficiência em todas as fases do ciclo de produção de combustível nuclear e, ao mesmo tempo, com potencial para projetar e construir um submarino de propulsão nuclear.

A Nação deve continuar a prover a Marinha com os recursos ainda necessários para a concretização do domínio da energia nuclear. Tal domínio é importante não somente pela sua destinação militar, mas também por todo arrasto tecnológico que o fomento de tal tecnologia produz em áreas vitais como a Me-

dicina, tecnologia de alimentos ou, mais urgente ainda, no suprimento da malha energética nacional, que não poderá depender eternamente da exploração do petróleo.

Pode-se também notar a preocupação da Marinha do Brasil com o meio ambiente através da coordenação do Programa Antártico brasileiro, de reconhecimento nacional e internacional, que tem permitido que o Brasil pertença ao seletivo grupo de países que desenvolvem atividades científicas no Continente Antártico, enfocando os campos multidisciplinares como as ciências da atmosfera, da terra e da vida.

Além desses, muitos são os programas de relevância nacional coordenados e executados pela Marinha do Brasil, como a ocupação do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, que possibilitou a consolidação do direito ao Brasil de contar com uma Zona Econômica Exclusiva ao redor do Arquipélago, de 200 milhas de raio, na qual o País terá plena soberania para fins de exploração, aproveitamento, conservação e gestão dos recursos lá existentes; o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica, que tem como objetivo primordial o conhecimento e a avaliação da potencialidade dos recursos vivos e não-vivos das áreas marinhas sob jurisdição nacional, visando à gestão e ao uso sustentável desses recursos; ou o Leplac, programa de coleta de dados geográficos na margem continental brasileira, que permite ao Brasil requerer, junto à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, soberania em relação aos recursos minerais do solo e subsolo marinhos situados além do limite das 200 milhas náuticas, incorporando cerca de um milhão de quilômetros quadrados àquele patrimônio.

Voltando ao preparo da defesa, sua atribuição primeira, não podemos esquecer que a Marinha também elevou o Brasil à condição de único país do Hemisfério Sul detentor da tecnologia de construção de submarinos, avanço tecnológico obtido com a contínua construção de submarinos convencionais pelo secular Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, abrindo caminho para, no futuro, poder construir o submarino nuclear brasileiro. Ao produzir, também, navios de superfície para a Marinha, como as Fragatas Classe Niterói, o Navio-Escola Brasil e as Corvetas Classe Inhaúma, o Arsenal de Marinha tem contribuído para a obtenção de um elevado grau de nacionalização de nossa indústria naval.

Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes nesta sessão solene, são inúmeras as razões pelas quais o povo brasileiro deve se orgulhar de sua Marinha. Hoje, como representantes desse povo, queremos render nossa justa e sincera homenagem à Marinha

do Brasil, na data de nascimento do seu Patrono, o Almirante Tamandaré.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Convidado o Sr. Senador Cristovam Buarque, pela Liderança do PDT, a usar da palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom dia a cada uma e a cada um dos presentes.

Cumprimento o Senador Romeu Tuma, meu amigo e subscritor desta homenagem; e também ao Deputado Federal Gustavo Fruet, que muito nos honra aqui e por ter sido um dos subscritores; o Comandante da Marinha, Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto; o Comandante da Aeronáutica, Exmo. Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito; Exmo. Sr. General de Exército Darke Nunes de Figueiredo; todos os Oficiais Generais e demais Oficiais das três Armas que aqui estão; Senhores Adidos Militares; Oficiais e Praças; Sr^{as}s e Srs. Deputados e Senadores aqui presentes, é claro que é extremamente agradável para nós – Senadores, Deputados, parlamentares – participarmos disto que vem sendo uma tradição, que é a realização de uma sessão especial em homenagem ao Dia do Marinheiro. Eu me congratulo com todos os membros da Marinha do Brasil, ao mesmo tempo em que enalteço a iniciativa do Sr. Senador e Sr. Deputado que tomaram a origem desta sessão.

Nós sabemos que os demais falaram aqui da história da Marinha, falaram da importância da Marinha. Eu quero dizer que, repetindo o que tenho falado em alguns momentos, um país se faz com professores e soldados: soldados, que são os que defendem o país; professores que fazem os próprios soldados e que, além disso, fazem todos os profissionais de que um país necessita para a sua construção. Por isso, temos que prestar homenagem a todas as categorias, a todos os cidadãos e cidadãs, mas eu creio que merecem um cuidado especial essas duas categorias, esses dois grupos que nos protegem a soberania e que constroem a Nação.

Além disso, a partir das últimas duas décadas especialmente, essas duas categorias estão mais ligadas do que nunca ao passado, porque nas últimas duas décadas, pelo menos, os soldados são, cada vez mais, profissionais formados e usando tecnologias sem as quais a defesa não acontece. Houve um tempo em que bastava, na infantaria, um bom olho para a pontaria e um bom dedo no gatilho. Não precisava de muito mais. Hoje, as armas ficaram inteligentes, e, ao ficarem inteligentes, nós passamos a ter duas necessidades fundamentais para a defesa da nossa soberania. A primeira, não em ordem de importância, é

formar, cada vez mais, cientistas, técnicos que sejam capazes de criar as armas novas, inteligentes de que um país precisa para se defender.

As guerras, hoje, são ganhas não apenas com o envio daqueles que estão nos quartéis para as frentes de batalha. Hoje, as guerras são ganhas décadas antes, nos centros de pesquisa – e não só nos centros de pesquisas que pertencem diretamente às Forças Armadas; nos centros de pesquisas onde trabalham muitos cientistas civis. É ali que as guerras serão ganhas no futuro. É isto que fez dos Estados Unidos a potência que são: as suas Forças Armadas capazes de irem aonde for necessário, com os soldados, mas levando as armas que foram inventadas, criadas e até mesmo, muitas vezes, produzidas, inclusive por civis, na retaguarda. A retaguarda do pensamento chegando à ponta através da vanguarda dos soldados, usando suas pernas, seus braços, como sempre, mas, daqui para frente, cada vez usando mais os seus cérebros.

Dessa nova dimensão, de a segurança nacional ser dependente do sistema de produção de ciência e tecnologia, a gente tem que insistir brigar e convencer para que haja a percepção. É claro que serve para todas as áreas – da saúde, da engenharia –, mas estamos falando aqui da segurança nacional; estamos falando aqui daqueles que diretamente estão na vanguarda da defesa do nosso País. Não há mais possibilidade de uma defesa sem boas Forças Armadas, mas não há mais como ter grandes Forças Armadas sem ciência e tecnologia, sem conhecimento daqueles que produzem as armas e daqueles que usam as armas. Não há mais tempo de treinamento em poucas semanas, ou meses, da vanguarda que vai para o campo de batalha. São meses, são anos para poderem ser capazes de usar essas armas. Mais grave ainda é o tempo necessário para formar os que criam os que inventam, os que produzem as armas inteligentes dos tempos de hoje.

Por isso, eu considero, quando vejo um mapa dos pontos estratégicos de um País a serem defendidos em caso de guerra... Eu fiquei surpreso quando, recentemente, vi que, entre esses pontos estratégicos, não havia um único centro de pesquisa científica e tecnológica no Brasil. Estava Brasília, porque é sede da Capital e não porque tem a UnB aqui dentro. Estava toda a rede, a malha de transporte viário, mas não estavam os lugares onde são inventados os novos sistemas de transporte. Isso é falha, claro, nossa, que somos os acadêmicos e que não conseguimos nos afirmar no Brasil suficientemente como produtores e geradores de conhecimento de ponta. Mas eu acho que é falha também de estrategistas que não perceberam ainda que a grande arma, daqui para frente, é

o cérebro do povo inteiro. Do povo inteiro, porque não adianta imaginar ter boa ciência e tecnologia pensando só nos centros de pesquisa, sem pensar nas universidades. E é trágico o Brasil pensar nas universidades sem pensar na educação de base. Não há como ter grandes centros de pesquisa sem uma educação de base competente, porque, sem essa, não teremos universidade competente; e, sem a universidade, não teremos os centros de pesquisa.

Nós não percebemos ainda que, daqui para frente, a grande arma é o conhecimento e, portanto, o grande *locus*, o grande centro, o grande local de produção da defesa nacional é a sala de aula das nossas crianças, onde se formam os futuros cientistas e os futuros soldados. Nós não estamos percebendo isso.

Recentemente, houve uma verdadeira loucura nacional por causa de uma fraude nesse exame chamado Enem, a fraude de alguém se apropriar das respostas das provas. Nós não percebemos que a verdadeira fraude não está em saber qual vai ser a prova; a verdadeira fraude está nos resultados desse exame, que mostram que o País, o Brasil, é carente de educação. A verdadeira fraude nacional, a maior de todas as fraudes, é a nota que se tira no Enem e não o fato de que alguns sabiam qual seria a prova do Enem – felizmente, não chegaram a saber.

Nós estamos vivendo um país em risco. Este País está em risco, e não é apenas porque as Forças Armadas não estão recebendo o apoio que deveriam – e que acho que devem receber –, mas porque, se algum inimigo quisesse invadir o Brasil ou destruí-lo, a melhor coisa que poderia fazer seria fazer o que estamos fazendo com a escola pública das nossas crianças no Brasil.

Não precisamos de inimigos: nós estamos destruindo a defesa nacional. E olhem que esse Enem analisa aqueles que terminam o ensino médio, não analisa os 60% de meninos e meninas que ficaram para trás porque nem no segundo grau chegaram! Sessenta por cento! São sessenta crianças por minuto que deixam a escola no Brasil ao longo da educação de base – por minuto, considerando o ano letivo, não considerando 365 dias nem 24 horas, mas considerando duzentos dias e considerando as quatro horas. São sessenta crianças por dia que a gente está jogando fora. São cérebros que serviriam para a defesa nacional. São armas que estamos cremando. O Brasil se transformou num crematório de cérebros. Não há como ter uma grande defesa em um país que é crematório de cérebros, porque as armas estão dentro desses cérebros, embutidas, invisíveis, não produzidas por falta de educação até o final do Ensino Médio e, a partir daí, graças a uma grande disputa para saber quais são

os melhores, chegando à universidade. O Brasil é um país onde os que chegam às universidades não são os melhores; os que chegam às universidades são os melhores de um terço, mas não os melhores de todos, porque jogamos fora dois terços.

Digo isso ao mesmo tempo em que falo do meu orgulho das Forças Armadas brasileiras no momento em que vivemos. Digo isso consciente da importância de dar-lhes todo o apoio aqui, nesta Casa, com orçamento diretamente para as Forças Armadas. Digo isso consciente do papel que vocês desempenham diretamente, mas sem poder deixar de falar que fracassaremos se não formos capazes de produzir a verdadeira arma do futuro: os cérebros do nosso povo, porque lá dentro estão não só os que vão descobrir as armas, os que vão produzi-las, mas também os que vão ser soldados para usá-las.

Portanto, ao mesmo tempo em que faço a homenagem, peço, quase como uma cobrança, que cada um dos senhores, defensores da Pátria, entendam que a defesa desta Pátria vai além dos quartéis. Ela começa nas escolas. E que ser soldado do Brasil é não apenas estar pronto para ir a um campo de batalha e morrer; ser soldado do Brasil é lutar para que neste País nenhum recurso humano, nenhuma criança deixe de ter uma educação de qualidade até o final do segundo grau, para, a partir daí, transformar-se em construtor deste País, inclusive naquilo que é preciso para a sua defesa.

Eu digo isso porque muitos acham que basta educar poucos, esquecendo que cada um não-educado é uma massa cinzenta perdida, é um potencial desperdiçado, é uma energia cremada. Portanto, a minha homenagem neste dia, a minha cobrança para o futuro, e a minha esperança de que podemos ter, casados plenamente, aqueles dois que constroem um país: os seus soldados e os seus professores. Daqui para frente, mais do que antes, eles vão ter que ser casados – tanto, que é quase como se todo professor fosse um soldado e todo soldado fosse não apenas um professor, mas um defensor também da educação das nossas crianças no Brasil.

Parabéns e muito obrigado por vocês estarem sempre alertas na defesa da nossa Pátria! Fiquem certos de que aqui vocês vão ter o apoio que for necessário, mas nós queremos o apoio de vocês para que, como cidadãos, não apenas soldados ajudem este País a não desperdiçar os seus recursos, a construir uma sociedade do conhecimento por meio de uma educação de qualidade para todos.

Parabéns e obrigado pela farda que vocês usam!
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Convidado, para fazer uso da palavra, o nobre Deputado José Genoíno, pela Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma; Almirante Moura Neto; General Darke, representando o Comandante do Exército; Brigadeiro Saito; Oficiais das três Forças; meus colegas parlamentares, eu queria, em primeiro lugar, fazer aqui o registro de que, na minha relação com o tema da defesa, particularmente no que diz respeito à importância da Marinha, dois oficiais foram marcantes. Um deles tem direta relação com um dos programas mais importantes da Marinha. Eu conheci o Almirante Othon num debate de seis horas no Congresso Nacional, quando discutimos o Programa Nuclear da Marinha. Foi um debate acirrado, em que comecei discordando e terminei concordando com ele, pela lucidez da competente exposição que foi feita na Câmara dos Deputados. Gostaria, portanto, de fazer aqui este registro.

O segundo registro, do ponto de vista institucional, relaciona-se com o Almirante Flores, que estabeleceu uma relação institucional democrática com a oposição que foi marca de todos os Ministros da Marinha e, particularmente, desta personalidade política e comandante militar, o Almirante Moura Neto.

Nós discutimos as Forças Armadas, a Marinha. Podemos fazer aqui – e temos razões para fazer – uma série de considerações formais elogiosas e legítimas, mas há uma questão histórica central que temos de destacar para conhecimento da população, para conhecimento dos que acompanham esta sessão, esta nossa justa homenagem à Marinha do Brasil no Dia do Marinheiro. Na formação da Nação brasileira, na formação do Estado brasileiro e no que diz respeito à presença do Estado brasileiro no mundo, a Marinha do Brasil teve um elemento central na constituição de dois valores que são permanentes: a combinação da soberania do País nessas relações multilaterais, que vêm ao longo da nossa história da formação do Estado brasileiro, e a integração do País numa nação continental, com diferenças regionais, com diferenças econômicas, diferenças culturais. As Forças Armadas têm um papel fundamental na formação da Nação brasileira, e a Marinha do Brasil tem essa marca e essa característica, como as demais Forças.

E, hoje, quando discutimos a questão da soberania nacional e da integração do País, é preciso discutir a importância estratégica da Marinha do Brasil. E essa importância estratégica está materializada num dos principais programas vitoriosos da Marinha do Bra-

sil, viabilizado pela determinação, pela consciência, pela necessidade de vencer dificuldades: o Programa Nuclear. Aquele programa me convenceu, depois de horas e horas de debate, que o acesso à alta tecnologia... E, hoje, quando o Brasil diz que domina o ciclo do combustível nuclear, é preciso lembrar que isso se deve, em grande parte, à Marinha do Brasil, aos seus oficiais, aos seus engenheiros – inclusive, Senador Cristovam, numa parceria inovadora com a Universidade de São Paulo, com muitos cientistas da Universidade de São Paulo, e a constituição do Centro Experimental Aramar, em Iperó.

Essa lucidez do Programa Nuclear brasileiro nós temos que destacar. Por quê? Porque isso tem desdobramentos. Há desdobramentos nessa questão, porque, se foi uma vitória a viabilização dessa alta tecnologia do domínio do combustível nuclear, temos agora de dar o segundo passo. E esse segundo passo é a construção da planta nuclear de geração de energia elétrica. Aí é que está a importância, para a soberania nacional, dessa autonomia estratégica numa área fundamental para a defesa, numa área fundamental para diminuir a nossa dependência e numa área fundamental para o desenvolvimento econômico, para a geração de emprego, de renda etc.

O Programa de Reaparelhamento da Marinha, tão bem elaborado pelo Comandante Moura Neto, com quem nos encontramos oficialmente numa reunião, num café da manhã, no Comando da Marinha, traça as diretrizes para combinar três elementos centrais, o que faço questão de destacar neste dia.

Primeiro, o papel dissuasório da Marinha, e não é por acaso que a arma dissuasória robusta é o submarino, seja o convencional, seja o de propulsão nuclear. O submarino, convencional ou de propulsão nuclear, tem papel estratégico, porque uma das características da nossa defesa é a dissuasão. E essa dissuasão se situa em duas áreas sensíveis: no Atlântico Sul, entre Vitória e São Paulo – lá se situam as plataformas petrolíferas –, e na foz do rio Amazonas, que são áreas estratégicas do espaço geopolítico para o qual esse Plano de Reaparelhamento da Marinha é fundamental.

É claro que, dentro dessa visão, no meu modo de entender, um conceito de defesa pró-ativa, um conceito de instalações navais e portuárias pró-ativas, um conceito de prontidão combina dissuasão, ocupação dos espaços marítimos e fluviais e poder naval. Não existem Forças Armadas sem demonstração de poder. E, na área de defesa, poder não é uma retórica, porque o outro lado sabe se é poder ou não é. Não adianta a gente falar grosso se não tem nada para falar grosso – e os senhores sabem disso melhor do que eu.

Por isso, a projeção de poder, com o papel dissuasório e a ocupação dos espaços sensíveis, exige, no meu modo de entender, a viabilização do Plano de Reaparelhamento da Marinha. Eu acho que essa é uma tarefa fundamental dentro da nova estratégia nacional de defesa.

Por outro lado, nós, parlamentares, temos de debater o orçamento para a defesa. O orçamento para a defesa é, necessariamente, um orçamento ano a ano, mas há uma parte que não pode ser ano a ano, porque os projetos estratégicos de defesa são projetados para dez, quinze, vinte anos, e não pode haver interrupção. O Programa Nuclear do Brasil sofreu uma interrupção de quase dez anos; nós poderíamos ter avançado muito, os senhores sabem disso. Nós o retomamos, e é fundamental essa retomada.

Esses programas estratégicos têm de ter um financiamento próprio, seja através de fundos, seja através do não-contingenciamento, para não perderem sua continuidade. Esse é um problema central; se não tratarmos disso, perderemos tempo: começa-se um programa e depois ele é interrompido. Isso equivale a jogar dinheiro fora, porque não se viabiliza o ciclo.

Por outro lado, na atual discussão do fundo social do pré-sal, particularmente no item da ciência e da tecnologia, nós temos de especificar os programas estratégicos de pesquisa e inovação tecnológica.

O Senador Cristovam tem razão quando chama atenção para o acesso à tecnologia, porque o conhecimento, a inteligência, em matéria de defesa, é um processo de renovação permanente. A força, hoje, tem de ter materialização no conhecimento, na inteligência. Por isso é que o critério para nossas compras e nossas parcerias internacionais tem de ser a transferência de tecnologia e a instalação de tecnologia aqui. Isso se aplica quando se trata de comprar uma pistola, um submarino ou aviões. A transferência de tecnologia é central para que as nossas Forças Armadas tenham acesso à tecnologia com autonomia estratégica para que possamos dizer “não”. Autonomia, em matéria de ciência e tecnologia, é a capacidade de dizermos “não”. Por exemplo, se um dos objetivos da Marinha é impedir o uso do mar pelo inimigo, ela não pode fazer isso no discurso. Nós podemos fazer isso aqui, da tribuna, mas a Marinha não faz da tribuna, ela faz dizendo: temos força para impedir o uso do mar, temos força para impedir o uso das bacias e lagos, temos força. O outro lado sabe o que é força. Defesa é seguro: é bom ter e é bom não usar, mas é bom ter. O outro lado, quando sabe que não tem, passa a não ter uma relação de respeito. Hoje, a política é dominada por objetivos e por força, e o mundo, cada vez mais, dirige-se por essa relação contraditória e dialética.

Por isso, meus senhores e minhas senhoras, eu acho que esta homenagem ao Dia do Marinheiro, esta homenagem à Marinha do Brasil deve ser acima de tudo um compromisso, Almirante Moura Neto, um compromisso para que esses programas estratégicos, particularmente os da Marinha – também existem os programas estratégicos das Forças Armadas –, tenham continuidade. Esse é o nosso primeiro compromisso aqui, no Congresso Nacional.

Segundo: nós temos de colocar a agenda da defesa para a sociedade. Nós não podemos ficar discutindo o orçamento da Marinha comparando submarino com propulsão nuclear, que é um programa estratégico robusto, com verba para saúde, para educação, para a previdência e para o salário mínimo. Não dá, são coisas que não podem ser comparadas.

Terceiro: nós temos de viabilizar, na agenda do País, um diálogo – que está perfeito – com a sociedade e com o Congresso para que o debate sobre a defesa seja palpável, seja compreendido pela população brasileira como algo concreto que lhes diz respeito.

Para terminar: afirmo, sem dúvida alguma, que todos os projetos estratégicos das Forças Armadas, particularmente os projetos da Marinha, têm uma grande repercussão, uma grande incidência na geração de renda e emprego. Moura Neto sabe muito melhor do que eu o que significam os estaleiros e a indústria naval no Rio de Janeiro. Imaginem o que significará o estaleiro que vai construir o submarino com propulsão nuclear, o estaleiro que vai construir o submarino convencional, o estaleiro do navio-escola, do navio-patrulha! Isso significa capacidade de gerar renda.

Nós retomamos a idéia de que a defesa é um elemento central de um projeto nacional, ela tem de ser parte dele. É como carne e sangue: não dá para separar, porque viram coisas diferentes. E é com essa visão que eu luto no meu Governo, no Parlamento e nessa relação em que aprendi muito, Almirante Moura Neto, demais Comandantes da Aeronáutica e do Exército, aprendi muito nessa relação com as Forças Armadas. As Forças Armadas têm um compromisso com o País, têm um compromisso com o futuro; são compostas por profissionais dedicados e competentes, contam com excelentes assessorias e estabelecem uma relação institucional que, no meu modo de entender, nada deve a outras áreas civis do Poder Executivo e do Poder Judiciário.

Há muitas instituições que não são militares que, às vezes, se colocam como se fossem tutores das demais instituições, principalmente daquelas que nascem da soberania popular. E, na minha relação com as Forças Armadas – quero dar este testemunho aqui –, sempre encontrei um diálogo respeitoso com todo

o Parlamento e com todos os parlamentares, partindo do princípio de que o poder emana do povo. E, quanto à discussão que fizemos na Constituinte – tem alguns oficiais aqui que acompanharam o debate –, desde o art. 142 da Constituição, hoje tenho uma compreensão clara de que não era correta aquela visão que defendia na Constituinte e de que não podemos deixar como está. Acabamos buscando o processo que nos indicou o melhor caminho. As Forças Armadas, particularmente a Marinha, têm essa noção de processo, que tem resolvido grandes problemas na política de defesa do País.

Portanto, parabéns à Marinha do Brasil, parabéns ao marinheiro no seu dia! Temos tarefas pela frente e compromissos, e aqui nos separamos... Nesses compromissos estratégicos não há separação entre quem usa farda e quem não usa farda, porque temos objetivos de país. É claro que quem usa farda tem a especificidade da defesa, que é uma técnica, um conhecimento, uma lógica, um profissionalismo, porque é aquele limite do limite, em que a ação humana se coloca diante de situações-limites.

Portanto, vocês estão de parabéns. Recebam as minhas homenagens e o meu compromisso de continuar essa luta e essa caminhada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Convidado para fazer uso da palavra o nobre Deputado Jair Bolsonaro, pela Liderança do PP da Câmara dos Deputados.

O SR. JAIR BOLSONARO (PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento ao Exmº Sr. Senador Romeu Tuma, Relator da Medida Provisória nº 2.215, lei de remuneração dos militares, bem como o Exmº Sr. Comandante da Marinha. Parabéns pelo seu dia, pelo seu time; estou também muito feliz, porque sou botafoguense e estamos no mesmo barco da Primeira Divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol.

Saudo o Exmº Sr. Comandante Juniti Saito, que bem sabe que a Aeronáutica foi meu primeiro amor. Não consegui lograr êxito no concurso de especialista, mas fui muito bem acolhido pelo Exército.

Prezado General Darke, representante do Comandante do Exército, quero dizer que, assim como o Senador que acabou de discursar aqui, somos de artilharia.

Prezado Deputado Gustavo Fruet, meus parabéns pela iniciativa e, mais ainda, pelo seu discurso, que tirou um retrato em cores da nossa Marinha. Eu gostaria que o retrato fosse melhor, mas V. Exª realmente demonstrou os problemas que a Marinha vem enfrentando e vai enfrentar ainda. Peço que, por oca-

sião das datas da Aeronáutica e do Exército, V. Ex^a faça o mesmo retrato, porque tem muito mais simbolismo um retrato de um civil, como V. Ex^a, do que o de um Capitão do Exército brasileiro, como eu. Gostaria que V. Ex^a encaminhasse seu pronunciamento para os órgãos de imprensa. Espero aqui que algum seja receptivo e publique o que V. Ex^a acabou de dizer aqui, com alguns reparos apenas, ou melhor, com alguns complementos apenas.

Quando V. Ex^a fala em *royalties*, aproveito para saudar o governo militar, que, com seu trabalho junto às Nações Unidas, conseguiu a extensão do nosso mar exclusivo para duzentas milhas. Não fosse isso, não poderíamos discutir aqui a questão dos *royalties*. Realmente, é inadmissível, quando se fala que mais de 90% do comércio de petróleo vêm do mar, reduzir esse percentual dos *royalties*. Deveria, sim, o Governo preocupar-se um pouco mais e liberar o que é contingenciado, para que nossa Marinha pudesse realmente desempenhar esse trabalho.

Fiz um comparativo na semana passada, quando integrantes do seu Partido e do PT discutiam a questão do apagão, argumentando qual apagão teria sido mais inconsequente. Conseguí pegar o microfone ali – Sr. Comandante da Marinha, sou do baixo clero, que também é conhecido como “marisco” nesta Casa, pois a gente só apanha – e saudar o Presidente Médici, que foi quem construiu Itaipu. Não fosse ele, não discutiríamos aqui o apagão, pois nosso povo ainda viveria em trevas. E quem vive em trevas não sabe o que é luz, não pode maldizer o apagão.

Complementando, quero dizer que, há exatamente um ano, estávamos aqui, a Mesa era quase a mesma, e pedi um presente de Natal ao Senador Garibaldi Alves. A missão desta Casa e da Câmara é produzir felicidade, assim como a missão das Três Forças é produzir segurança. Pedi um presente de Natal, em nome dos integrantes das Forças Armadas. Faltou saudar aqui os praças. Minha saudação a vocês também! Pedi que colocassem em votação a Medida Provisória nº 2.215, que trata da nossa lei de remuneração. S. Ex^a falou que não era Papai Noel, mas que se empenharia. No dia 22 de dezembro, S. Ex^a colocou em votação essa Medida Provisória, que tanta tristeza traz para os integrantes das Forças Armadas, mas o Governo conseguiu retirar o projeto. Um ano depois, continuo batendo na mesma tecla, porque o discurso que faço não é para os Srs. Comandantes ou para os Srs. Militares, mas para quem nos assiste dos seus gabinetes, para quem assiste à TV Senado e para todo o povo, de maneira geral, pois este é o momento, é a oportunidade que temos de mostrar nossos problemas. Temos como reivindicar isso aí.

Se o Governo diz que cria despesa, apelo ao Senador Tuma que continue trabalhando nessa proposta de votar, mas que peça a rejeição da Medida Provisória, que faça valer a lei de remuneração anterior a ela, anterior ao ano de 2000, data em que essa Medida Provisória chegou a esta Casa. Um fato que nos deixa bastante constrangidos é que, em dezembro, completam-se nove anos sem que essa Medida Provisória seja votada. E dão argumentos para isso, prezado Fruet. Eu diria isso a V. Ex^a, que é solidário a nós, e também ao Senador Tuma, que foi solidário com seu relatório quando acolheu meia dúzia de emendas favoráveis a essa Medida Provisória, que está chegando aqui agora, depois de passar o projeto da Polícia Militar.

Sou criticado pela Polícia Militar de Brasília. Dizem que os estou usando como alvo para solucionar o nosso problema salarial. Mas a Polícia Militar de Brasília tem como alvo a Polícia Civil. Colocaram, na lei de remuneração da Polícia Militar, a exigência de curso superior para ser soldado. Por quê? Porque a Polícia Militar, agora, mira a Polícia Civil de Brasília. Aqui, um soldado está ganhando na faixa de R\$5 mil, e, agora, eles partem para ganhar R\$7,5 mil, que é o que ganha um carcereiro da Polícia Civil de Brasília, pago pelo mesmo patrão que nos paga, que paga as Forças Armadas. E, agora, está chegando aqui um projeto feito pelo Supremo Tribunal Federal, reajustando em 56% o salário dos integrantes do Judiciário. E o argumento, Gustavo Fruet, o mais importante, ou melhor, o único, é que isso é feito para evitar as evasões, que chegam, segundo o Ministro do Supremo Tribunal Federal, a 23%. As nossas evasões, no meio dos oficiais, também estão nesse percentual; a de praças está um pouquinho abaixo.

Há um detalhe: se hoje houver um concurso para integrar o Supremo Tribunal Federal, daqui a quinze dias ou um mês, esse homem ou essa mulher desempenhará seu papel naquele órgão. Mas alguém que presta um concurso para ser aviador, para ser artilheiro ou para ser fuzileiro levará, no mínimo, oito anos para poder desempenhar a sua função. Essa mão de obra não existe no mercado.

Então, faço um apelo aqui às autoridades do Legislativo, pois a bola, Senador Tuma, está conosco. Reconheço seu trabalho. V. Ex^a vai no seu limite. A sua emoção, com toda a certeza, demonstrada na tribuna aqui, é por aquilo que V. Ex^a acha que deve ser feito por uma questão de justiça, mas não tem forças para tal, assim como eu, assim como Fruet, assim como muitos outros. Então, este é o apelo que a gente faz para as autoridades: votem a Medida Provisória com emendas ou rejeitem a Medida Provisória; votem e

aprovem o projeto que vem do Supremo Tribunal Federal, mas não esqueçam aqueles que são disciplinados, que, se não o fossem, não poderiam ser uma instituição. E reconheçam o trabalho dos integrantes das Forças Armadas e, em especial, no dia de hoje, da nossa querida Marinha.

Meus cumprimentos a todos!

Comandante Moura Neto, mais uma vez, meus parabéns pelo seu dia! E que os comandantes continuem, sempre que possível, comparecendo a estas Casas, não apenas em momentos festivos como este. Procurem esta Casa, para que o Parlamentar esteja mais simpático a nós e vote essas propostas que vêm trazer felicidades à nossa Força, facilidade para o comando, evitando, dessa forma também, as evasões, tão prejudiciais não só para a Marinha, para a Aeronáutica e para o Exército, mas também para o nosso Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Deputado Bolsonaro, eu queria dizer que sou testemunha viva do apelo que V. Ex^a fez ao ex-Presidente desta Casa e do compromisso que ele assumiu em colocar em votação a medida provisória da qual fui Relator, auxiliado por V. Ex^a e outros militares, que procuraram corrigir um pouco a medida provisória como aqui chegou.

E, permanentemente, tenho falado que, do estoque de medidas provisórias que estão na prateleira há muitos anos, essa teria que ter uma prioridade especial em razão das grandes dificuldades por que atravessam até os comandos militares para resolverem determinados assuntos. Mas vamos continuar lutando. Eu acho que nós já temos vários aliados aqui dentro e temos que convencer o Governo de que ele tem que autorizar a sua bancada a discutir, aprovando ou não, e botar em votação, porque não é justo ficar nove anos pendurado algo tão importante para aqueles que lutam em defesa do País. Cumprimento V. Ex^a por isso. Peço desculpas por ter usado a palavra.

O SR. JAIR BOLSONARO (PP – RJ) – Fiquei honrado com a sua intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Chamo, agora, o Deputado Paes de Lira, do PTC.

O SR. PAES DE LIRA (PTC – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Senador Romeu Tuma, Presidente desta sessão solene, Exm^o Sr. Deputado Gustavo Fruet, subscritor do pedido para esta justa sessão solene, Exm^o Sr. Comandante da Marinha, Almirante Moura Neto, Exm^o Sr. Comandante da Força Aérea, Brigadeiro Saito, Exm^o Sr. General Darke, que neste ato representa o Exm^o Sr. Comandante do Exército, senhores oficiais e praças militares aqui presentes, ilustres Senadores e

Deputados presentes, ilustres marinheiros e fuzileiros navais, há pouco tempo comemoramos, em sessão solene também, a data magna da Marinha, a Batalha Naval do Riachuelo. Naquela ocasião, o meu discurso foi um discurso com certo cunho histórico e de exaltação à Marinha do Brasil, que eu não vou repetir aqui. Eu pretendo seguir uma outra linha, embora o Deputado José Genoíno praticamente tenha dito tudo que eu pretendia aqui dizer.

A verdade é que eu tenho me preocupado um pouco, tenho ficado um pouco preocupado ao ouvir certos debates na Câmara dos Deputados, exatamente tratando da questão do emprego dos recursos nacionais para as finalidades necessárias ao desenvolvimento do País. Tenho ouvido, algumas vezes, palavras do tipo: “tanto dinheiro vai ser empregado para a compra de submarinos, para a compra de outros navios de guerra, para a compra de aeronaves, para reequipamento do Exército e, enquanto isso falta esse dinheiro para a saúde, para a educação e para outras áreas prioritárias”.

Eu tenho tentado chamar a atenção das pessoas, dos Parlamentares, especialmente, para o fato de que isso é um engano. Não há conflito algum no emprego dos recursos necessários para essas áreas fundamentais.

Bem disse aqui o Senador Cristovam Buarque que, de fato, nós precisamos criar – e logo, logo para a próxima geração – uma geração detentora de tecnologia, uma geração detentora de conhecimento, uma geração marcada pela educação massificada do País; uma geração com pessoas que não possam ser classificadas como meramente alfabetizadas, mas, na verdade, muitas delas analfabetos funcionais; uma geração capaz de gerir as riquezas e os recursos, uma geração capaz de utilizar o conhecimento disponível no mundo.

Mas não podemos deixar de lembrar que, se nós temos perdido essas oportunidades, ao longo de tanto tempo, é porque nós temos tratado, o País tem tratado, a Nação tem tratado o poder político, principalmente, tem tratado essas questões, frequentemente, como se fossem questões conjunturais, como se fossem programas de governo. E não são programas de governo.

Educação não é programa de governo, não é projeto de governo, é projeto nacional. É projeto de Estado. Forças Armadas compatíveis com a grandeza desta Nação brasileira não é questão de governo, não corresponde e nem deve corresponder a um projeto de governo, mas deve ser uma preocupação perene e permanente, deve seguir planos que se desenvolvam ao longo do tempo, planos de Estado, planos nacionais,

que não dependam de conjunturas governamentais, que não dependam de colisões partidárias.

Seguramente, se vamos gastar seis bilhões de euros, tendo até de recorrer a financiamento externo neste momento, para reequipar a Marinha – e este é um somatório forte e importante de dinheiro – isso acontece porque, em tempos anteriores, não se deu atenção à necessidade da execução normal, sem atropelos, de um plano de reequipamento permanente – aí não só para a Marinha, mas para a Força Aérea, para o Exército também.

Se isso tivesse sido executado, digamos, em duas mãos, uma de reequipamento permanente e a outra cuidando de uma expansão razoável em relação à capacidade operacional, à capacidade militar, enfim, ao poder militar de cada uma dessas forças ao longo desse tempo, nós não estaríamos aqui, seguramente, discutindo seis bilhões de euros. Não. Não haveria necessidade disso e também não teríamos sobressaltos e não teríamos de lamentar aquilo a que quase chegaram as Forças Armadas brasileiras: o sucateamento. Essa é que é a verdade nua e crua. Ela precisa ser dita.

Se verbas adequadas tivessem sido empregadas de modo razoável, permanente, ano após ano, apenas para exemplificar, no desenvolvimento do projeto do submarino de propulsão nuclear, esse submarino já estaria navegando há muito tempo, e já estaria cuidando, sim, de negar o uso do mar, como foi lembrado aqui pelo Deputado José Genoino, e nós já teríamos, seguramente, mais do que uma unidade dessas. E, seguramente, o desenvolvimento tecnológico atrelado ao desenvolvimento desse projeto seria até maior do que aquele que hoje, reconhecidamente, existe como fruto direto desse projeto.

É disso que nós precisamos falar. Não podem as Forças Armadas viver de soluções econômico-financeiros, não podem passar por sobressaltos que, às vezes, impedem até a existência de comida no rancho do soldado, prejudicando o período normal de formação, prejudicando o período normal de treinamento. Isso é o que precisa ser dito com todas as palavras. E é claro que, nesse ponto, eu comungo com o discurso do Deputado Jair Bolsonaro, ao lembrar que também há necessidade de pensar um pouquinho no reconhecimento material dessa brava gente, que tem coragem e disposição de envergar o sagrado uniforme militar e se dispor à defesa da Pátria, como acontece também – e eu me orgulho de dizer – em relação aos policiais militares deste País, que, com grave risco de vida e preço de sangue, cumprem um juramento solene proferido quando incorporados às instituições – e frequentemente o cumprem até as últimas consequências. Aí,

em tempo de paz, se é que nós podemos falar em paz nessa guerra necessária contra o crime.

Então, temos de parar de trabalhar para resolver problemas de reequipamento que surjam num determinado panorama, quando chegamos a constatar que praticamente o funcionamento orgânico, a capacidade operacional da Marinha, do Exército ou da Força Aérea está comprometida.

O que será que queremos, por exemplo, para os jovens que diplomamos na Academia Militar das Agulhas Negras, na Escola Naval, na Academia da Força Aérea? Queremos que eles sejam pilotos de mesa? Pilotos manejadore de árvores de carimbos? Queremos pelotões de marinheiros em terra, Porque não temos navios para projetar o poder marítimo do País, não como força de conquista, porque não é essa a índole do Brasil, não é essa a nossa decisão constitucional. Ela está muito clara, mas precisamos de Forças Armadas e, especialmente, precisamos, lembrando esta data, 13 de dezembro, de uma Marinha de Guerra capaz de projetar poder, capaz de ser um verdadeiro elemento de dissuasão, capaz de passar a mensagem que nós, brasileiros, devamos passar àqueles do nosso convívio.

Somos uma Nação de paz. Queremos o desenvolvimento ao lado dos nossos irmãos de todas as partes do mundo; bom para todos. Nós queremos ajudar os irmãos mais necessitados. Temos feito isso. Mas, se for necessário atuar pela defesa da soberania, pela defesa de nosso território, pela defesa de nossa gente, em atendimento a compromissos internacionais, como esse que se afigura – logo, logo deverá surgir de uma força naval para combater a pirataria na costa da Somália e na costa da África de modo geral –, temos de ter capacidade de responder adequadamente. E isso não acontece se não houver um processo racional de emprego de recursos; não de repente, não recorrendo a financiamentos internacionais, não executando um plano de emergência, mas um processo de emprego razoável, com dotações adequadas, contínuo, de cuidado com o reequipamento permanente e, repito, com uma expansão razoável da capacidade operacional, da capacidade estratégica de cada uma das Forças. É o único modo de solucionar essa questão. É o único modo de impedir os sobressaltos e é o único modo de evitar que coloquemos em xeque, num determinado momento, a contraposição de ideias, quando falamos que temos de empregar, hoje, seis bilhões de euros para o reequipamento da força naval.

Sem dúvida nenhuma, temos de fazer isso, porque o Brasil não é mais um País emergente, deixou de sê-lo. O Brasil, hoje, é uma potência, realmente é uma potência econômica que, logo mais, muito prova-

velmente, saltará para o quarto, talvez terceiro patamar no concerto econômico das nações.

E um país com esse tamanho, um país com essa importância, um país com esse significado no concerto das nações não pode se dar ao luxo de não ter defesa. E é esse o risco que corremos se não for mudada a história do pensamento político em relação às forças militares do País. E é claro que isso está meu caro Senador Romeu Tuma, em mão do Parlamento com muita ênfase, muita importância em grande parte. Se as iniciativas nesse sentido devem ser do Poder Executivo, e se compete ao Poder Executivo que esses planos existam e se executem sem sobressaltos e sem sustos, compete também aos Deputados e Senadores apoiar, no que toca à lei orçamentária, e opor-se a contingenciamentos e a cortes que causem danos a esses projetos, que não são voltados para o estômago das Forças Armadas, mas são projetos voltados para o futuro do Brasil, com o significado que o nosso País deve ter no concerto das nações.

Portanto, com este alerta que me parece importante, embora eu tenha repetido, de certa forma, parte do que outros ilustres expositores fizeram aqui, deixo minha homenagem à Marinha de Guerra no seu dia; deixo minha homenagem aos fuzileiros navais, lembrando também uma parte importante da nossa Marinha, que está aí pujantemente nos mares, que é a Marinha Mercante do Brasil.

Parabéns, meu caro Almirante Moura Neto, pelo Dia do Marinheiro. Que Deus os proteja, guarde e ilumine sempre no cumprimento do dever. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Passo a palavra ao ilustre Deputado Chico Lopes, pela Liderança do PCdoB.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos os presentes! Quero começar parabenizando o Senador Romeu Tuma e o Deputado Federal Gustavo Fruet por essa iniciativa de comemoração do Dia do Marinheiro.

Eu queria cumprimentar toda a Mesa, o aniversariante do dia, o Comandante da Marinha, Exmº Sr. Almirante de Esquadra Júlio Soares Moura Neto, e os demais membros das nossas queridas Forças Armadas.

Muita coisa já foi dita. Vou procurar ser rápido.

O Senador do Piauí está só me provocando! Primeiro Parnaíba foi uma troca que o Ceará fez com o Piauí. Ficamos com a parte de Crateús e demos a abertura para o mar do Piauí, com a qual os cearenses ficam muito honrados. E, segundo, ele quer que eu me lembre do Dragão do Mar, com simbolismo naquela época de não deixar que o Ceará continuasse com a

questão do tráfico de escravos. O Ceará foi o primeiro Estado do País a se rebelar contra esse tipo de comportamento, tão ruim para a história da humanidade, o tráfico de escravos para o Brasil. E, em homenagem a isso, vamos ter uma universidade, a Unilab, onde vamos receber alunos da África, juntamente com alunos do Estado do Ceará e do País, para fazer esse intercâmbio e para ajudar aquele Continente.

Mas eu queria começar com sentimentalismo de 30 anos. Morei vizinho à Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará e tenho a lembrança do Tenente Lisboa, maestro da banda, na época, que executava, com muita perfeição, o Hino de nossa Pátria e o Cisne Branco, hino principal da Marinha do nosso País. Vários jovens de 14, 15 e 16 anos tiveram oportunidade de ingressar naquela escola. Moravam em bairros carentes, como Braga Torres, Pirambu e Jacareacanga, em Fortaleza, inclusive do interior do Ceará vinham para a cidade e a fim de ingressar na escola como aprendizes de marinheiro. Algum tempo depois, seguiam para o Rio como grumetes e serviam nas nossas Forças, inclusive na Segunda Guerra Mundial.

A Escola de Aprendizes-Marinheiros existe desde que eu era menino – e já estou com 70 anos –, o que significa que ela já tem uma extensa folha de serviços prestados ao nosso País.

Também queria ressaltar a questão orçamentária, não só para as Forças Armadas, mas, particularmente, a da Marinha, porque tenho uma preocupação com a pesquisa nas Forças Armadas – Marinha, Aeronáutica, Exército. Quem não faz pesquisa não desenvolve tecnologia própria, não se faz avançar. Acho que nosso Orçamento – e houve essa preocupação por parte dos que me antecederam – deve aumentar para infraestrutura, para investimento e, principalmente, para incrementar o número de jovens que ingressam nas Forças Armadas, para aprender a amar o nosso País, pois hoje, apesar das tantas dificuldades, apesar do nosso desenvolvimento, temos lá fora a maior respeitabilidade.

Nós temos a mania de falar dos nossos jovens, e sempre mal. Porém, nós perguntamos: e o que nós fizemos para que eles fossem diferentes, não estivessem no crack, não estivessem numa série de coisas? Então, as Forças Armadas sempre receberam bem, quando tinham condições, os nossos jovens, e muitos deles foram preparados para a vida e para a Pátria, na defesa da soberania do nosso País.

A terceira preocupação que eu tenho é com a questão do pré-sal. A minha formação é de nacionalista, sem ser contra o resto dos países. Mesmo sem ser contra, mesmo tendo um bom relacionamento com diversos países, devemos sempre ter em conta que do

nosso território, das nossas riquezas cuidamos nós. Fazemos o que for melhor para o País e para o mundo, mas sem abrir mão dos nossos direitos.

Com a descoberta do pré-sal, nós temos de equipar não só a Marinha, mas todas as Forças Armadas, todo o povo brasileiro para que o pré-sal represente unidade e não divisão interna no País, como, recentemente, está acontecendo, dizendo-se que *royalty* tem de ser para “a” ou para “b”. Entendemos que tudo isso, se não servir ao desenvolvimento do povo brasileiro, seria melhor que tivesse ficado lá e não fosse descoberto, porque nós lutamos pela unidade nacional.

Por último, eu gostaria de chamar a atenção de todos para a PEC nº 122/7. Um Deputado desta Casa apresentou e ela diz o seguinte: “Que seja quebrado o monopólio da União na construção e operação dos reatores nucleares que geram a energia elétrica do nosso País”.

Nós fizemos um voto em separado, sendo radicalmente contra a proposta desse Deputado, porque nós não devemos e não queremos que seja quebrado o monopólio da energia nuclear, feito pelos esforços e pelas pesquisas dos militares brasileiros e dos universitários brasileiros. Nós não aceitamos isso e, com o voto em separado, colocamo-nos contra o parecer favorável do Deputado que está fazendo o relatório e que, hoje à tarde, será votado na Comissão de Justiça.

Espero que o bom-senso prevaleça, porque, hoje, a briga no mundo é por petróleo, a briga no mundo é por avanços tecnológicos, e por que nós vamos ter de abrir mão disso quando nós temos capacidade? Estamos desenvolvendo essa tecnologia com muita dificuldade, mas queremos que a questão nuclear seja uma política dos brasileiros, para os brasileiros e para o resto do mundo.

Muito obrigado. Parabéns a todos os marinheiros aqui presentes e ausentes, que têm uma história na defesa da soberania nacional.

Um abraço, com muito carinho, do PCdoB na Câmara Federal do nosso País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Passo a palavra ao último orador inscrito, o nobre Deputado Ciro Pedrosa, do PV.

O SR. CIRO PEDROSA (PV – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente desta sessão, Senador Romeu Tuma, que parabenizo pela iniciativa; Exmº Sr. Deputado Federal Gustavo Fruet, que também parabenizo por essa iniciativa; Exmº Sr. Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto, que parabenizo pelo Dia do Marinheiro, em nome de toda a Marinha do Brasil; Exmº Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito; Exmº Sr. General de Exército Darke Nunes de Figueiredo, que representa

aqui o Comandante do Exército; Srs. Oficiais-Generais Membros do Alto-Comando da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; Srs. Oficiais-Generais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; Srs. Adidos Militares; Oficiais e Praças dos três Comandos Militares, senhoras e senhores, no avançado da hora, aqui já foi dito muito do que preparei para pronunciar neste dia tão importante para o nosso Brasil, mas, nem por isso, vou deixar de fazê-lo, mesmo porque meu discurso não é tão grande assim.

Sr. Presidente, nossos interesses marítimos são históricos e de grande amplitude. O mar representou a via de nosso descobrimento, de colonização, de invasões, de consolidação da independência, de comércio, e, sobretudo, foi palco de proteção da soberania nacional. Isso torna a celebração do Dia do Marinheiro instante de importância sobreelevada.

Comemorar essa data remete-nos à história do Almirante Joaquim Marques Lisboa, em reconhecimento a excelência dos serviços por ele prestados ao povo e à Pátria. Também conhecido por Marquês de Tamandaré, o patrono da Marinha do Brasil nasceu em 13 de dezembro de 1807, na Vila de São José do Norte, capitania, à época, do Rio Grande do Sul. Filho do patrão-mor do porto da localidade descobriu sua vocação para o mar aos 15 anos de idade, quando embarcou pela primeira vez na Fragata Niterói. Iniciava-se, assim, a brilhante carreira daquele que, com heroísmo e com singular sentimento cívico, defendeu os interesses nacionais em quase todas as guerras de seu tempo.

Nobres Parlamentares, de portos em portos, lá estão nossos marinheiros, com a tradição de ajuda mútua e de fraternidade mantida incólume, à luz dos ensinamentos do Marquês de Tamandaré. Certamente, eles preservam esses valores por saberem da importância da política marítima de uma nação que se deseja próspera.

De fato, na perspectiva econômica, parcela considerável do comércio exterior brasileiro é transportada por via marítima. Isso representa, entre exportações e importações, bilhões de dólares anuais. Ademais, o subsolo marítimo, além de ser responsável por grande parcela do petróleo nacional extraído, é fonte de uma infinidade de outros recursos, desde a pesca, no caso das águas propriamente ditas, até os recursos minerais e as matérias-primas.

A atuação eficiente da Marinha do Brasil revela outra essencial dimensão da política marítima brasileira. Nossa esquadra teve participação fundamental na consolidação da independência e na pacificação de revoltas que agitavam o País no período pós-independência. Em todos esses episódios, nossos marinheiros

demonstraram bravura exemplar, transformando o mar em cenário de defesa do País.

A composição da esquadra deve traduzir a concepção estratégica estabelecida pela Estratégia Nacional de Defesa, que prevê a adoção de postura defensiva para as Forças Armadas, com reais possibilidades de nos resguardar frente a eventuais investidas militares. Para tanto, a Marinha aprimora os recursos materiais, inclusive com a aquisição de modernas embarcações, e aperfeiçoa os recursos humanos, com o constante treinamento do corpo técnico.

Sr. Presidente, eu gostaria de me inserir um pouco nesse contexto. Quero confessar que uma das maiores satisfações que tive e estou tendo aqui, neste Parlamento, foi poder conhecer, a cada dia, um pouco mais a Marinha brasileira.

Venho de um Estado que não possui mar, onde, portanto, não se tem tanta oportunidade de conviver com muitos marinheiros, como na maioria dos Estados brasileiros, apesar de haver muitos conterrâneos mineiros no quadro da Marinha do Brasil.

Aqui, tive a oportunidade de conhecer e visitar projetos desenvolvidos pela Marinha que orgulhamos todos nós, brasileiros, como é o caso do projeto Antártico, que tive a honra de visitar com o nobre Deputado Gustavo Fruet. Nesse projeto, a Marinha mantém a condição brasileira de País signatário do Tratado da Antártida, permitindo ao Brasil decidir em conjunto com outros países signatários qual deverá ser a maneira apropriada de lidar com aquele importante e sensível continente.

Outro importantíssimo projeto é o do Programa Nuclear Brasileiro. Tive a oportunidade de conhecer também as instalações do Centro Tecnológico da Marinha, em Iperó. Podemos nos orgulhar, mais uma vez, de termos desenvolvido, pela Marinha, a melhor tecnologia do mundo em enriquecimento de urânio. Temos as mais avançadas e mais eficientes centrífugas do planeta. Ali, a Marinha implantou o coração do Programa Nuclear Brasileiro, mas, sem dúvida alguma, a alma desse importante Programa está no corpo de cada marinheiro da Marinha do Brasil. A Marinha resistiu, por longos períodos – como uma mãe que protege o filho –, à desconfiança e ao desprezo por parte da sociedade e à falta de apoio e de recursos por parte do Governo. A Marinha resistiu por saber da importância desse Programa para as áreas de energia, de medicina, de agricultura, de alimento e de economia e, sobretudo, para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, mas, sem dúvida alguma, hoje, tem o reconhecimento do Governo e da grande maioria da sociedade brasileira. Já podemos dizer que dias melhores estão chegando, e o tão sonhado escudo

do nosso Programa, o submarino à propulsão nuclear, já está sendo enxergado por muitos, mesmo que ainda seja um ponto ao longe do mar, pois as últimas descobertas da Petrobras, o pré-sal, alertam-nos para essa necessidade ainda maior. Enfim, mais uma vez, muito vamos precisar da capacidade e determinação de nossos marinheiros.

Sr^{as}s e Srs. Senadores e Deputados, outra coisa que muito me impressiona é a capacidade com que os marinheiros se relacionam com todas as corporações, universidades e empresas com as quais compartilham e somam seus projetos. Também não poderia deixar de ressaltar a participação efetiva da Aeronáutica e do Exército brasileiro em praticamente todos os seus projetos. Talvez, seja pela capacidade de relacionamento com os outros povos, na maioria das vezes em situações adversas no seu vaivém pelos portos do mundo afora, que eles conseguem essa capacidade.

Senhoras e senhores, por tudo isso, a homenagem prestada aos nossos marinheiros faz absoluta justiça àqueles que, de maneira alta, com sua sensibilidade, generosidade, renúncia e sacrifício, prestam relevantes serviços à nossa Pátria.

Muito obrigado, marinheiros do Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Comunico que o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará, solicita que o seu discurso escrito seja considerado como lido.

S. Ex^a será atendido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Marinha do Brasil detém uma extensa e superlativa folha de serviços prestados ao País, fruto do descortínio e da determinação de seus comandantes e oficiais, e da coragem e do desprendimento dos homens e mulheres que integram a corporação.

Ao longo de uma gloriosa história pontilhada por notáveis e heroicos feitos em favor da Pátria, nossa Marinha alcança o século 21 em processo de permanente modernização, reposicionando-se diante dos desafios impostos pelo mundo contemporâneo. Observa com extrema atenção as constantes evoluções nestes tempos de paz e de retomada da prosperidade para o Brasil e o continente que nos acolhe.

Esta força notadamente vital para uma nação como a nossa, peculiar, rica e multifacetada conformação geográfica, mantém-se vigilante frente às complexidades da vida moderna e à expressiva margem de imprevisibilidade e incerteza, talvez as características mais marcantes do tempo presente.

Dessa forma, nada mais natural que o Congresso Nacional brasileiro reúna-se em sessão solene

para celebrar o transcurso do Dia do Marinheiro, data de altíssimo significado no calendário de efemérides nacionais.

Junto com as demais forças que integram o poder militar nacional, a Marinha enfrenta com inequívoca competência os desafios que se apresentam ao Brasil na atualidade, além de projetar os cenários que nos aguardam no futuro.

A recente decisão oficial de explorar já nos próximos anos a camada pré-sal constitui-se em nova provação à capacidade de nossa força naval. Mais do que nunca, a Marinha precisa reequipar-se e preparar novos contingentes para bem zelar uma riqueza de enorme valor incorporada ao patrimônio nacional.

Aliás, em interessante artigo publicado no final de 2008, sob o título “O Brasil na América do Sul – Uma análise político-estratégica”, o Almirante Reformado Armando Vidigal alerta para a necessidade de revisão da Política Nacional de Defesa, a PND, introduzida por Decreto Presidencial de 2005. Embora relativamente recente, nossa PND, na visão do experimentado militar, seria insuficiente para enfrentar as complexidades presentes, que em seu entendimento se expressam por meio de quatro crises mundiais: água, alimentos, ecologia e energia.

Ademais, segundo o Almirante Vidigal, o Brasil não pode ignorar que “o entorno estratégico da América do Sul se estende através do Atlântico Sul até os países lideiros da África, o que dá um contexto marítimo a uma questão que, de outra forma, teria uma feição exclusivamente terrestre”.

Enfim, estamos diante de questões de suma relevância, que certamente merecem o constante acompanhamento e a mais apurada reflexão por parte de nossos oficiais, sempre atentos às mudanças geopolíticas, não apenas no subcontinente sul-americano, mas em todo o planeta.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, quero fazer rápida menção ao brilhante trabalho realizado pelo 4º Distrito Naval, com sede em Belém, a capital do Estado que com muita honra represento nesta Casa.

Com jurisdição sobre quatro unidades da Federação – Pará, Piauí, Maranhão e Amapá, o Comando do 4º Distrito Naval tornou-se força importante em toda essa vasta região, e especialmente na capital paraense, onde mantém, entre outros importantes órgãos, a Base Naval de Val-de-Cães, o Hospital Naval de Belém e o Grupamento de Fuzileiros Navais.

Destaco, igualmente, as atividades cívico-comunitárias desenvolvidas pelo Comando do 4º Distrito Naval, que neste ano foi responsável pela organização da belíssima Parada Militar em Belém, por ocasião da

passagem de nossa principal data nacional, o Dia da Independência, 7 de Setembro.

Por certo e por derradeiro, não posso deixar de evocar aqui a memória do Grande Marinheiro, Almirante Tamandaré, nascido na cidade gaúcha de Rio Grande na primeira década do século 19. O velho marinheiro teve a extraordinária capacidade e o singular talento de concertar energias, liderar pares e conduzir as forças navais brasileiras em tantas e tão desafiadoras missões. Um homem de múltiplos predicados, dentre os quais despontava a raríssima virtude da lealdade, que dedicou a Pedro II, a quem sem hesitações se manteve fiel, disposto a reagir, na Proclamação da República.

Ao celebrar Tamandaré, homenageamos a todos os marinheiros que honram as mais altas tradições da Marinha do Brasil, em testemunho cotidiano de insuperável amor à Pátria que, generosa, a todos abriga.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Antes de encerrar a sessão, anunciamos que a Banda dos Fuzileiros Navais de Brasília executará o Hino do Marinheiro, Cisne Branco. (Pausa.)

(*Execução do Hino*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Esta Casa se sente profundamente honrada por haver realizado essa homenagem à Marinha do Brasil, no Dia do Marinheiro.

Acredito que continuaremos a singrar os mares das dificuldades – não é Deputado Fruet? –, mas precisamos ser sempre solidários na defesa dos interesses das Forças Armadas, para que elas se reequipem, para que seus membros sejam tratados com dignidade e respeito, e que nunca tenham de reclamar da função que escolheram por vocação, aliás, vocação tão linda que só pode ser abençoada por Deus.

Ser militar não é fácil em país algum; no Brasil também não o é. Há grandes dificuldades. Lembro-me do que dizia um coronel, que foi meu secretário: “A grande glória do Brasil é que não há privilégio na escolha dos oficiais de qualquer Força Brasileira”. Portanto, se qualquer cidadão, de quaisquer regiões do País pretender entrar nas academias militares terá as portas abertas, e sua cultura será reconhecida, e eles poderão vestir a farda que honra qualquer brasileiro.

Que Deus abençoe a todos!

Viva a Marinha do Brasil!

Viva o marinheiro! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 13 horas e 9 minutos.*)

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Shiessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM/PE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) ²	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II – Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

- 01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**
- 02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**
- 03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**
- 04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**
- 05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio à Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maoria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ^b (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ^a (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ^b (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ³ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ildelei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.



Edição de hoje: 40 páginas

OS: 2009/19251